



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DEP. ESTADUAL RENE BARBOUR
DIRETORIA DE GESTÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA



**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DOS CURSOS DE LICENCIATURA
INTERCULTURAL INDÍGENA**



Barra do Bugres – MT

2013



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
PARTE I	6
DIRETORIA DE GESTÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA	6
1 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR DA UNEMAT PARA OS POVOS INDÍGENAS	7
2 PRINCÍPIOS CURRICULARES	8
2.1 Princípio que define os objetivos dos cursos	9
2.2 Princípios que definem a abordagem dos temas	9
2.3 Princípios que definem a metodologia	10
3 ESTRUTURAS CURRICULARES DOS CURSOS	10
4 TEMAS TRANSVERSAIS	11
4.1 Pluralidade Étnica e Cultural	12
4.2 Sociedades e Meio Ambiente.....	12
4.3 Lutas, Direitos e Organização Indígena.....	13
4.4 Educação para a Saúde	13
5 PROCESSO DE AVALIAÇÃO	14
5.1 Avaliação dos cursos no âmbito da diretoria	14
5.2 Avaliação dos cursos no âmbito da escola.....	15
5.3 Avaliação dos cursistas no âmbito do curso	15
6 FORMAÇÃO DOS DOCENTES QUE ATUARÃO NOS CURSOS.....	16
7 INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL	17
7.1 Instalações físicas da sede administrativa	17
7.1.1 Equipe administrativa e pedagógica	18
7.2 Instalações físicas do campus	18
7.2.1 Laboratórios.....	18
7.2.2 Salas auxiliares e serventias.....	18
PARTE II.....	20
CURSO DE LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA.....	20
8 O PERFIL DO PROFESSOR A SER FORMADO.....	21
9 OBJETIVOS DOS CURSOS	22
10 ESTRUTURA CURRICULAR DAS LICENCIATURAS	23
11 TEMÁTICAS, ENFOQUES, EMENTÁRIOS E BIBLIOGRAFIA DAS LICENCIATURAS	24



11.1 Enfoque nas Ciências Sociais	25
SUMÁRIO	
11.1.1 Ementário de Ciências Sociais.....	27
11.1.2 Bibliografia Básica	29
11.1.3 Bibliografia Complementar.....	32
11.2 Enfoque nas Línguas Artes e Literaturas	35
11.2.1 Ementário de Línguas Artes e Literaturas.....	37
11.2.2 Bibliografia Básica	39
11.2.3 Bibliografia Complementar	42
11.3 Enfoque nas Ciências Matemáticas e da Natureza.....	44
11.3.1 Ementário de Ciências Matemáticas e da Natureza	45
11.3.2 Bibliografia Básica	47
11.3.3 Bibliografia Complementar.....	49
12 O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	53
13 REGIME ESCOLAR ADOTADO	53
13.1 Número de Vagas	53
13.2 Turnos de Funcionamento e Dimensões das Turmas.....	53
BIBLIOGRAFIA	54



APRESENTAÇÃO

O Estado de Mato Grosso abriga, em seu território, 42.538 pessoas indígenas, distribuídas entre quarenta e quatro etnias (IBGE, 2010), que lhe conferem características de um Estado pluricultural e multilinguístico. Essas etnias, há muito tempo, lutam pela implementação de programas educacionais específicos, diferenciados e voltados para o seu cotidiano, dentre eles, a qualificação e habilitação em nível superior dos professores que trabalham nas escolas das aldeias.

Sensível a essas demandas e incentivado por Universidades e por entidades da sociedade civil, o Governo do Estado, por meio do Decreto Nº 1.842, de 21 de novembro de 1997, criou uma comissão interinstitucional e paritária, composta por representantes das sociedades indígenas e de órgãos públicos estaduais e federais, com o objetivo de elaborar um anteprojeto de cursos de licenciaturas para a formação de professores indígenas.

Assim, numa primeira etapa dos trabalhos, a comissão aceitou o desafio de elaborar uma proposta preliminar que, uma vez concluída, foi distribuída entre professores, lideranças indígenas e representantes do Conselho de Educação Escolar Indígena, bem como, entre dezenas de instituições públicas e educacionais do estado e do país, para apreciação e complementações.

Numa segunda etapa, a comissão passou a analisar as proposições recebidas das comunidades indígenas, das instituições e de pessoas interessadas, e buscou definir os contornos finais do projeto. Nesse processo, contou com a participação de consultores vinculados a diferentes instituições e com o apoio político e institucional de organismos governamentais e não-governamentais de âmbito regional, nacional e internacional.

Fruto do esforço coletivo de inúmeras pessoas, instituições e comunidades indígenas que acreditaram e acreditam na possibilidade de se construir novos caminhos para a educação escolar, é que nasceu a proposta de cursos de Licenciaturas Específicas para a Formação de professores indígenas, inicialmente, conhecido como 3º Grau Indígena. Devido a algumas mudanças, atualmente denomina-se Diretoria de Gestão de Educação Indígena. Hoje encontra-se com três turmas concluídas e com a quarta em fase de conclusão, tornando-se uma referência nacional.

A criação dessa Diretoria de Gestão de Educação Indígena vem, a cada dia contribuindo para a consolidação definitiva da UNEMAT como uma IES que prima pela formação acadêmica dos povos indígenas em todo o estado brasileiro.



Nunca é demais ressaltar que essa conquista é resultado de um árduo trabalho coletivo das instituições parceiras com o movimento dos professores indígenas, possibilitando, assim, o funcionamento desse projeto com quatro cursos de licenciatura. Vale destacar, ainda, que esses cursos têm como princípio a busca pela afirmação das identidades étnicas, dos processos próprios de ensino-aprendizagem e da luta por uma educação de qualidade que atenda aos anseios dos povos indígenas.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DEP. ESTADUAL RENÉ BARBOUR
DIRETORIA DE GESTÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA



PARTE I

DIRETORIA DE GESTÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA



1 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR DA UNEMAT PARA OS POVOS INDÍGENAS

A Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) tem, ao longo do tempo, contribuído para o fortalecimento da educação escolar indígena específica e diferenciada no Estado de Mato Grosso e, por consequência, em nível nacional. Para tal, tem adotado práticas e ações visando a oferta de Educação Superior para povos indígenas.

Nesse sentido, a execução de cursos de formação com currículos específicos e diferenciados tem sido uma das ações da UNEMAT no campo da Educação Superior Indígena. A partir do ano 2000, a universidade iniciou a execução do Projeto de Formação de Professores Indígenas – 3º Grau Indígena, após ter participado das discussões estabelecidas para sua concepção, com representação na então Comissão Interinstitucional e Paritária designada para este fim no ano de 1997.

Atualmente são oferecidos três cursos de Licenciaturas: Línguas, Artes e Literaturas; Ciências Matemáticas e da Natureza; e Ciências Sociais. Quanto à metodologia, os cursos obedecem a um regime especial e são desenvolvidos de forma intensa e presencial nos períodos de férias e recessos escolares, com atividades cooperadas entre docentes e cursistas nos períodos em que estes estão ministrando aulas nas escolas indígenas. Durante as etapas intermediárias, os estudantes desenvolvem atividades de Estágio nas escolas de suas aldeias, acompanhadas por professores da instituição, aproximando ainda mais o projeto da realidade vivida em cada comunidade indígena, contribuindo dessa forma para a consolidação de uma educação escolar específica e diferenciada, que atenda aos anseios de cada povo. O currículo é flexível e definido com ampla participação dos estudantes e demais envolvidos no contexto, partindo de pressupostos, como a afirmação da identidade étnica e valorização dos costumes, língua e tradições de cada povo. Propõe-se, também, a buscar respostas para os problemas e expectativas das comunidades, assim como compreender os processos históricos em que as comunidades indígenas e outras formas de sociedade estão mergulhadas. Para isso, aponta-se para o estudo e utilização das línguas indígenas no trabalho docente e o debate sobre os projetos de vida e de futuro de cada povo.

A UNEMAT, ao longo desta trajetória, tem participado, por meio de seus representantes, dos principais eventos (seminários, conferências, cursos, entre outros)



sobre educação escolar indígena, realizados em nível nacional.

A continuidade da formação dos egressos tem composto a pauta acadêmica. No período compreendido entre 2002 e 2004 a UNEMAT ofertou uma especialização *Lato Sensu* em Educação Escolar Indígena, que contou com a participação de interessados de diferentes instituições que atuam na questão indígena, além de professores indígenas já graduados. No período de janeiro de 2009 a janeiro de 2010, tivemos mais uma turma do referido curso para a qual foram ofertadas 60 vagas para professores indígenas egressos da UNEMAT e de outras IES, conferindo o título de especialista a 55 professores indígenas.

Numa parceria com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), a UNEMAT possibilitou, no vestibular 2006/2, a oferta de cinco vagas adicionais no curso de Bacharelado em Enfermagem, ministrado no *campus* de Cáceres, para indígenas que interessados em atuar na área da saúde em suas comunidades. Como resultado dessa parceria, os estudantes recebiam bolsa mensal para auxílio no custeio de suas despesas no período em que estavam realizando o curso.

Dessa forma, entende-se que não basta apenas possibilitar o acesso aos povos indígenas ao Ensino Superior, mas também, garantir a permanência ao longo do curso e, o mais importante, que o referido curso venha a atender as reais necessidades da comunidade indígena a qual o estudante pertence. Tal postura objetiva permitir que a formação ofertada ao estudante indígena, além de trazer benefício a si próprio, possa oportunizar o provimento de benefícios a sua sociedade, mediante sua própria expectativa.

2 PRINCÍPIOS CURRICULARES

O currículo dos cursos, entendido aqui como o projeto que preside as atividades educativas, explicita suas intenções e proporciona orientações para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem (SEDUC, 1995), expressa-se pelo conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores que serão selecionados, organizados, debatidos e apreendidos pelos participantes dessa comunidade educativa especial (cursistas, docentes, assessores, coordenadores).

Por se tratar de uma construção social e culturalmente situada e, por envolver sujeitos históricos com diferentes pedagogias e formas de organização, a *práxis* curricular deverá revelar o seu compromisso com esses sujeitos e com as suas histórias, sociedades e culturas (SMED, 1996).

Portanto, os cursos, como ademais todo o processo educacional escolar não é



entendido como um espaço homogêneo de mera reprodução ou de plena liberdade e criação humana. Como parte de um processo aberto e flexível, traz em seu interior tensões e conflitos de ordem étnica, política, linguística, entre outras, que expressam a dinâmica da interculturalidade (Monte, 1996).

É necessário, pois, que sejam apontados os princípios que orientarão os seus conteúdos e mediarão o processo de construção coletiva dos cursos. Dentre eles, destacamos:

2.1 Princípio que define os objetivos dos cursos

É o princípio curricular presente em todos os núcleos de estudos e nas disciplinas dos cursos que reafirma o seu principal objetivo, qual seja, **formar profissionais indígenas**. Para tanto, os conteúdos curriculares devem contemplar três dimensões complementares:

a) *a dimensão cultural* - que considera a realidade específica (território, língua, valores e etno-conhecimentos) dos cursistas e de seu povo;

b) *a dimensão epistemológica* - que trata do desenvolvimento do pensamento científico e se funda nos saberes das diferentes ciências que integram o currículo específico de cada curso (UFMT/IE, 1994);

c) *a dimensão pedagógica* - que diz respeito à capacitação do profissional indígena para desenvolver as atividades inerentes à sua formação.

2.2 Princípios que definem a abordagem dos temas

d) *A diversidade*, entendida aqui como o respeito para com os diferentes povos, línguas e culturas, e também como a postura dialógica para com as diferentes formas de ver o mundo e de compreender as ações humanas. Nas palavras de Rigoberta Menchú Tum (1997), Prêmio Nobel da Paz, isso significa que:

Esta nova forma de relação... deve sustentar-se no reconhecimento e respeito dos direitos de todos os povos; no reconhecimento da multiculturalidade mundial e nacional, de maneira que contribua para a construção de nações pluriétnicas, multiculturais e plurilíngues. Estas relações interculturais podem contribuir para a convivência pacífica entre os povos e culturas com igualdade e justiça, e como aporte para a paz, a cooperação e a solidariedade que devem reger as relações entre os Estados e os povos. Devem contribuir para criar as condições que propiciem a auto-estima e autovalorização cultural dos povos indígenas e não-indígenas. Contribuir para que o otimismo e a esperança consigam se sobrepor à perda de valores, ao pessimismo, à desconfiança e à desesperança que predominam no mundo de hoje e que golpeiam com especial dureza ao povos do nosso continente.



e) A *historicidade*, entendida como a compreensão de que o processo de produção e circulação de conhecimentos se desenvolve em contextos históricos e culturais concretos, portanto, estão sujeitos a múltiplas determinações (UFMT/IE, 1993).

f) A *(re) construção e a transformação*, tidas aqui como uma postura crítica frente aos conhecimentos considerados "prontos e acabados" e como uma atitude de busca permanente de novos conhecimentos. Tal dinâmica supõe momentos de sistematização das etapas já realizadas e o planejamento dos períodos sequenciais, tornando o currículo flexível, dinâmico e criativo.

2.3 Princípios que definem a metodologia

Esses princípios são entendidos aqui como a decisão metodológica de desenvolver o processo de formação com base nas experiências individuais e coletivas dos estudantes.

2.3.1 *A leitura crítica da realidade*, base de identificação do profissional indígena, da sua atividade e da sua prática política. É desse princípio que resulta a construção da identidade do profissional indígena, sujeito que atuará com a sua comunidade e o seu povo na construção coletiva do seu projeto societário.

2.3.2 *O tratamento integrado dos conteúdos*, entendido como a formação de um aporte científico e metodológico que possibilite o trabalho globalizado e construa a polivalência, requisito fundamental no trato dos diferentes conteúdos (UFMT/IE, 1994).

2.3.3 *O exercício investigatório*, enquanto postura pedagógica e processo de construção coletiva e interdisciplinar de conhecimentos é aqui entendido como a forma privilegiada de reflexão sobre a prática docente. Nessa acepção, deixa de ser apenas um exercício acadêmico, mas se arraiga no cotidiano das escolas e das comunidades. Teoria e prática estarão integradas ao longo de todo o período de formação estimulando a construção interdisciplinar, reconhecendo a autonomia relativa das disciplinas e favorecendo o diálogo entre as diferentes ciências.

3 ESTRUTURAS CURRICULARES DOS CURSOS

A estruturação de um currículo diferenciado para os cursos é fundamental no processo de construção e reconstrução da educação escolar indígena. Deve ser estabelecida a partir do "repertório nacional" (EBI/Equador, 1997) e dos "processos



pedagógicos próprios" (Diretrizes/MEC, 1993) dos cursistas e das suas comunidades educativas, abrindo-se progressivamente para o aprofundamento de outros conhecimentos de caráter geral e de caráter específico, assim como de habilidades e atitudes próprias do exercício docente.

A incorporação nos cursos dos "conhecimentos étnicos" e das "pedagogias próprias" garantirá a vivência da interculturalidade e permitirá reordenar e reinterpretar as metodologias e conhecimentos de cada curso à luz do contexto em que este se situa (RCNEI/MEC, 1998).

Portanto, as opções curriculares devem expressar um "acordo intercultural" que definem quais serão os conhecimentos de caráter geral e específico de cada núcleo de estudo e as estratégias mais adequadas para obter os melhores resultados na aprendizagem. Tal acordo será construído e reconstruído em cada uma das etapas de planejamento, execução e avaliação curricular. Isso fará com que o cursista estabeleça "novas relações com o conhecimento, o que significa, também, novos conflitos, novas rupturas e uma grande capacidade de entender a nova realidade sócio-cultural e se mover nela, sem abrir mão da própria identidade linguística, cultural e social" (CAMARGO & ALBUQUERQUE, 1998).

A exemplo do que ocorre nos demais projetos de formação de professores em Mato Grosso, os cursos seguirão um calendário específico, visando favorecer a formação em serviço.

4 TEMAS TRANSVERSAIS

A adoção de *temas transversais* no desenvolvimento do currículo dos cursos expressa uma abordagem didático-metodológica que busca estabelecer uma permanente relação entre os conhecimentos teóricos e sistematizados e os assuntos relevantes do cotidiano de cada sociedade indígena.

São temas abrangentes, desenvolvidos de forma integrada ao longo de todo o curso, que ensejam reflexões e ações individuais e coletivas em busca de tratamento adequado às questões que se apresentam em cada comunidade.

Muitos assuntos relevantes para o convívio intra e inter-societário poderão ser eleitos como *temas transversais* nos cursos para indígenas. A escolha de temas como *Pluralidade Étnica e Cultural; Sociedades e Meio Ambiente; Lutas, Direitos e Organização Indígena e Educação para a Saúde* tem por base as indicações apresentadas pelos representantes indígenas na Comissão de elaboração e as proposições expressas no RCNEI e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (MEC,



1998).

Sem pretender esgotar os assuntos, uma vez que em cada etapa de planejamento e preparação eles serão obrigatoriamente retomados, apresentamos a seguir alguns indicadores constitutivos de cada um dos temas propostos.

4.1 Pluralidade Étnica e Cultural

Pluralidade Cultural “diz respeito ao conhecimento e à valorização das características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional”; à explicitação, ao reconhecimento e à afirmação da diversidade como traço fundamental na construção das relações sociais e interpessoais (PCN:121).

Tal abordagem terá por base a reflexão sobre os fundamentos étnicos; sobre os preceitos jurídicos; sobre os conhecimentos da História, Geografia, Antropologia, Linguística, Sociologia e Psicologia; sobre os estudos populacionais, as formas de participação e organização indígena, dentre outros aspectos.

Em suma, tem como perspectiva a superação da discriminação, da intolerância e da opressão em que vivem os povos, e a constante luta para construir sociedades solidárias, pacíficas, justas e igualitárias em suas diferenças.

4.2 Sociedades e Meio Ambiente

O meio ambiente é entendido aqui como o patrimônio básico para o desenvolvimento da vida e das sociedades humanas. Portanto, deve ser considerado em seus aspectos físicos e biológicos, mas, principalmente, nas formas de “interação do ser humano com a natureza, por meio de suas relações sociais, do trabalho, da ciência, da arte e da tecnologia” (PCN,169). Sob tal perspectiva, uma das primeiras constatações será a da existência de uma “crise ambiental” que muito se confunde com a “crise do modelo hegemônico atual”, dos seus valores, das suas prioridades, do seu projeto societário.

Dentre o vasto leque de assuntos a serem tratados sobre esse tema, podem-se destacar: a utilização e conservação dos recursos naturais disponíveis (água, madeira, petróleo, minérios, parques, reservas etc.); o modelo de exploração (extrativismo, monocultura, política energética, manejo, controle de ‘pragas’ etc.); a degradação ambiental (urbanização, saneamento, injustiça social, miséria, queimadas, poluição, turismo predatório, etc.); a qualidade de vida como resultado das relações sócio-econômicas-culturais locais, regionais e mundiais.

O tema *Sociedades e Meio Ambiente*, por exemplo, poderá suscitar estudos,



debates e ações em todas as áreas e ao longo de todo curso, quer pela análise da realidade ambiental geral e específica em que vivem os cursistas, quer pela pesquisa, crítica e divulgação de informações sobre o tema.

4.3 Lutas, Direitos e Organização Indígena

Este tema transversal trata do conhecimento, reconhecimento e contextualização das lutas pelos direitos indígenas enquanto temática específica e no marco mais abrangente dos direitos humanos em geral.

Diz respeito, portanto, às principais estratégias adotadas pelas sociedades indígenas e por suas organizações de base, como também por organizações não-indígenas, para assegurar nos textos legais e na realidade cotidiana, os seus direitos como cidadãos e como povos.

Trata, portanto, da reafirmação das formas de organização e de luta consagradas em cada cultura, da ampliação das alianças e da análise histórica dos principais movimentos pela liberdade e autonomia dos povos do Brasil e da Ameríndia.

Enquanto tema que perpassa todo o curso, poderá provocar debates sobre assuntos como: diversidade étnica/cultural e cidadania; direitos, autonomia e autodeterminação das sociedades indígenas; adequações e especificidades das políticas públicas; reconhecimento das formas culturais de manifestação, chefia e representação; a luta pela defesa, conservação e ampliação dos territórios, dentre outros.

4.4 Educação para a Saúde

Ao destacar o tema da educação para a saúde, pretende-se discutir conhecimentos, atitudes, aptidões, comportamentos e práticas pessoais e grupais que possam ser aplicados e compartilhados entre as comunidades educativas e as sociedades indígenas em geral.

Não se trata, portanto, de centrar a atenção apenas em informações sobre as formas de infecção, sintomas, ciclos e tratamento de doenças emergentes (como a Aids, o alcoolismo e outras drogas), mas de dirigir o enfoque para a proteção, conservação e recuperação da saúde.

Enquanto tema transversal, a educação para a saúde poderá trabalhar sob diferentes enfoques: centrando-se no indivíduo, na família, na comunidade e até mesmo nas relações entre classes, nações e continentes, destacando em seu âmbito a responsabilidade pessoal do autoconhecimento para autocuidados, os aspectos biopsicossociais e a saúde enquanto direito de cidadania.



Nesse contexto, assuntos relacionadas com a sexualidade, com a qualidade de vida, violência, stress, trabalho, alimentação, higiene e lazer, dentre tantos outros que permeiam o cotidiano indígena darão materialidade ao tema.

5 PROCESSO DE AVALIAÇÃO

A avaliação da Diretoria de Gestão e Educação Indígena e dos seus respectivos projetos e cursos é vista como uma ação fundamental da atual política de educação escolar.

Trata-se da oportunidade de tomar decisões sobre os encaminhamentos dos trabalhos, tendo em vista a construção do projeto político e pedagógico de cada comunidade indígena.

No que diz respeito aos cursos, tal estratégia não é diferente. A avaliação permanente e continuada é condição fundamental para a tomada de decisões ao longo do processo de desenvolvimento curricular e constitui-se parte integrante dessa atividade.

A avaliação não deverá ser entendida como um objeto de tensões e de inseguranças, mas como um processo contínuo, em que todos envolvidos, em todas as atividades, são avaliados (não apenas os cursistas e o resultado de seus trabalhos, mas também os docentes dos cursos, as etapas dos cursos, o projeto de formação, etc.). A avaliação será uma oportunidade de observar e avaliar os avanços e as limitações no decorrer do curso, possibilitando, assim, definir as ações mais adequadas para alcançar os objetivos propostos. Para tanto, o processo de avaliação deve estender-se a três níveis de ação:

5.1 Avaliação dos cursos no âmbito da Diretoria

Essa avaliação deverá ser assumida pelas instituições proponentes e executoras dos cursos, por meio de suas respectivas coordenações e assessorias e por representação externa à Diretoria. Deverá levar em conta, por um lado, a contribuição dos cursos na consecução dos objetivos da Diretoria e, por outro, os avanços obtidos na construção da "escola indígena", entendida aqui como o projeto de educação escolar do interesse de cada comunidade específica.

Concretamente, a avaliação deverá expressar o grau de realização da política de formação, manifestada em indicadores tais como: democratização de acesso e percurso dos alunos indígenas em escolas específicas e diferenciadas; participação e envolvimento das comunidades no processo escolar; consolidação das parcerias



entre o poder público e as organizações indígenas e não-governamentais, dentre outros.

5.2 Avaliação dos cursos no âmbito da escola

Tem por finalidade avaliar o impacto dos cursos de Formação no cotidiano das comunidades indígenas. Será desenvolvida, especialmente, ao longo dos períodos de atividade docente do cursista, que se estendem entre uma etapa intensiva de formação e outra.

A estreita vinculação entre os cursos de formação e as comunidades indígenas sugere a necessidade de que as universidades e demais instituições parceiras e participantes das atividades desenvolvidas pela Diretoria implementem projetos específicos de pesquisas e assessoramentos nas aldeias.

5.3 Avaliação dos cursistas no âmbito do curso

A avaliação, neste âmbito, tem sentido de investigação e dinamização do processo de construção do conhecimento. Consiste na reflexão permanente dos professores e cursistas sobre a sua ação docente individual e coletiva, visando criar no curso uma dinâmica de formação de qualidade crescente. Tal dinâmica funda-se na indissociável relação teoria/prática manifesta em três perspectivas de avaliação:

- a) do processo de discussão acerca das possibilidades e limites da educação escolar indígena no contexto histórico, político, econômico e cultural atual;
- b) do processo de aprofundamento acerca de conhecimentos teóricos e metodológicos inerentes aos cursos e do nível para o qual a sua formação se dirige;
- c) da capacidade de organizar o seu trabalho docente e de dinamizar o currículo da escola indígena em geral e nas séries de sua atuação específica em particular (UFMT/IE, 1994).

Portanto, longe de tratar-se de rotineiros momentos de aferição do aprendizado por meio de provas e exames, a avaliação assume as características de um processo global e dialógico em que todos os envolvidos (docentes, cursistas, alunos, conselhos, assessores, coordenadores) constituem uma comunidade educativa que exercita a crítica e a autocrítica e busca avaliar a totalidade do processo em andamento (EBI-Ecuador, 1996). Essa atitude deverá perpassar todas as fases de desenvolvimento dos cursos.

Os resultados dos três níveis de avaliação (da faculdade, dos cursos e dos cursistas) serão expressos por indicadores qualitativos e possibilitará uma avaliação



diagnóstica, processual e final de cada um.

É importante destacar que o processo de avaliação deverá ser realizado tanto pelos segmentos envolvidos diretamente com os cursos (universidades, poder público, equipe coordenadora, docentes, cursistas, etc.), quanto por avaliadores externos.

Por se tratar de uma iniciativa original, de grande envergadura e que, de certa forma, balizará novas ações similares no Brasil e na América Latina, o acompanhamento de avaliadores externos torna-se fundamental e imprescindível.

Sendo assim, nas principais etapas de execução dos cursos, (fase inicial, meio termo e conclusão) a Diretoria contará com a presença e participação de avaliadores externos destacados entre especialistas das áreas que compõem os cursos.

6 FORMAÇÃO DOS DOCENTES QUE ATUARÃO NOS CURSOS

Uma Diretoria com a amplitude e as características aqui apresentadas, além de recursos financeiros e esforços coletivos para a sua formulação, demanda uma ampla rede de profissionais especializados para a sua implementação.

Seria equivocado esperar que apenas com recursos financeiros disponíveis e decisão política-institucional estaríamos assegurando a realização de cursos com a qualidade e a especificidade desejada. Além desses ingredientes, (por certo, indispensáveis), faz-se mister compor uma ampla equipe, um seletivo quadro de docentes das diversas áreas, que os encampem e desenvolvam, tendo-os como atividades prioritárias do seu trabalho profissional.

Dadas às especificidades dos cursos é preciso também que esses profissionais estejam dispostos a compartilhar suas experiências, reorientar suas práticas, enfim, adequar o seu fazer pedagógico para atender a uma “clientela” especial, qual seja, profissionais indígenas de diferentes etnias.

Portanto, para além de um simples confronto entre o quadro docente existente na Universidade executora e o quadro necessário para a realização dos cursos, será preciso ampliar o arco das alianças e cooperações institucionais de forma a compor um “cadastro de parceiros” disponíveis, interessados e sintonizados com a temática em foco. Esses profissionais e respectivas instituições cooperaram na elaboração do projeto inicial e participaram do processo de formação dos docentes que atuam nos cursos.

A formação dos profissionais que atuam como docentes nos cursos ocorre sempre antes do início de cada período de atividades presenciais e intensivas e é



denominada “etapa de planejamento e formação”. Dela participam, além da equipe coordenadora dos cursos, todos os docentes e assessores que atuarão naquele semestre letivo. Tem duração média de uma semana (40 horas) e visa debater e planejar os conteúdos e as estratégias a serem adotadas naquele período letivo.

A coordenação da Diretoria acompanha permanentemente as atividades programadas para as etapas intensivas, os estágios supervisionados e os estudos cooperados, garantindo, assim, o cumprimento das diretrizes gerais.

Portanto, a etapa de planejamento e formação é parte fundamental do processo de formação quer por responder às demandas inerentes a cada período letivo, quer por formar e disponibilizar em nossas instituições um quadro de docentes e assessores especializados em educação escolar indígena.

7 INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL

7.1 Instalações físicas da sede administrativa

A sede administrativa da Diretoria encontra-se instalada no *campus* universitário da UNEMAT de Barra do Bugres, ocupando uma área com cerca de 64 m², além de um cômodo com tamanho aproximado de 06 m² utilizado como almoxarifado.

O setor financeiro da Diretoria ocupa um espaço próprio, ou seja, todo o trabalho financeiro da Diretoria é desenvolvido pela equipe financeira do Campus que está ligada diretamente à coordenação do Campus Universitário Deputado Estadual Renè Barbour.

A secretaria acadêmica, em função das especificidades da clientela atendida, ocupa um espaço físico próprio, contudo, mantendo vínculo com a Divisão Acadêmica do *campus*. Nela encontra-se arquivada toda a documentação pessoal e escolar dos estudantes da Diretoria, a documentação dos professores que atuam nos cursos, além da documentação administrativa e pedagógica dos cursos. É equipada com 03 (três) computadores e 01 (um) impressora *laser* com *scanner*.

Quanto aos demais equipamentos necessários para a execução das atividades da Diretoria, são utilizados os do Campus, tais como *data shows*, impressoras, carro, aparelhos de som, caixas de som, TV, computadores, entre outros.

Na sala destinada à Diretoria, encontram-se os trabalhos produzidos pelos estudantes e os materiais produzidos durante as etapas intensivas e as etapas intermediárias.



7.1.1 Equipe administrativa e pedagógica

Atuam constantemente na sede administrativa da Diretoria 01 (um) Diretor, 02 (duas) coordenadoras pedagógicas e 01 (um) assistente de administração.

7.2 Instalações físicas do campus

Durante as etapas de estudos presenciais, as aulas são ministradas no *campus* de Barra do Bugres, ocasião em que as instalações do *campus* são utilizadas pelos estudantes e coordenação pedagógica. Dentre as instalações do *campus* utilizadas estão: salas de aulas; salas auxiliares para acomodação de equipamentos e materiais pedagógicos, utilizados no decorrer da etapa; anfiteatro com cerca de 250 m² e capacidade para cerca 300 (trezentas) pessoas, utilizado para plenárias, apresentações culturais, seminários e demais atividades que envolvam toda a comunidade acadêmica dos cursos.

O *campus* também disponibiliza equipamentos como microscópios, projetores multimídia (*Data show*), computadores, entre outros materiais a serem utilizados no decorrer das aulas.

7.2.1 Laboratórios

São disponibilizados à Diretoria:

03 (três) laboratórios de informática de 50 m², que somam 55 (cinquenta e cinco) computadores, com acesso à *internet* em praticamente todos, e impressora compartilhada;

01 (um) laboratório experimental de Física com 90 m²;

01 (um) laboratório experimental de Química com 50 m².

01 (um) laboratório experimental de Matemática com 50 m².

07.2.2 Salas auxiliares e serventias

O *campus* ainda disponibiliza salas auxiliares para o desenvolvimento de atividades extras como exposições, reuniões, entre outras. Todas as instalações descritas anteriormente são equipadas com aparelhos condicionadores de ar.

Para o desenvolvimento de atividades em grupo e atividades práticas, o *campus* dispõe de um amplo pátio, utilizado para a se fazer experimentos que devem ser



**ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DEP. ESTADUAL RENÉ BARBOUR
DIRETORIA DE GESTÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA**



realizados ao ar livre.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DEP. ESTADUAL RENÉ BARBOUR
DIRETORIA DE GESTÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA



PARTE II

CURSO DE LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA



8 O PERFIL DO PROFESSOR A SER FORMADO

Segundo Brzezinski (1992), nos últimos trinta anos as instituições educacionais e a sociedade em geral idealizaram três perfis tipológicos principais para os professores.

Na década de 1970, destacaram-se as proposições dirigidas à inserção dos educadores em seu meio social, a responsabilidade profissional, a associação de classe e a análise da realidade educacional. Portanto, o professor idealizado era crítico, participativo e propositivo. Um denunciante da “falência do ensino” e, ao mesmo tempo, um construtor de propostas para a nova Carta Magna.

Nos anos 1980, as preocupações voltaram-se ao “fazer político-pedagógico”. Não bastavam leis e organização de classe, era preciso “formar o professor-educador” e, para tanto, reorganizar os cursos e assegurar-lhes qualidade. Só assim se alcançaria autonomia administrativa e acadêmica. O professor, portanto, deveria ser um educador competente e comprometido.

Nas últimas décadas, as proposições encaminharam-se para a construção do que se convencionou chamar **profissionalidade docente**. Com isso,

O educador, enquanto profissional do ensino, é aquele que: - tem a docência como base da sua identidade profissional; - domina o conhecimento específico de sua área, articulado ao conhecimento socialmente produzido, que lhe permite perceber as relações existentes entre as atividades educacionais e a totalidade das relações sociais, econômicas, políticas e culturais em que o processo educacional ocorre; - é capaz de atuar como agente de transformação da realidade em que se insere (BRZEZINSKI, 1992, *Apud* ANFOPE).

Entendida como eixo de teorização privilegiado, a abordagem da profissionalidade docente abarca proposições no âmbito do conhecimento profissional, científico, técnico e pedagógico; identidade profissional; compromisso sócio-político; postura ética; reconhecimento social, etc. Nesta direção, definem-se como campo de atuação prioritária as unidades escolares (*locus* do fazer profissional) e como estratégias o fazer coletivo e a prática interinstitucional (parcerias). Assim, a construção do conhecimento profissional passa a contemplar conteúdos teóricos / práticos; individuais / coletivos; acadêmicos / cotidianos; inter / interinstitucionais. Isto é, os profissionais da educação são idealizados em sua formação curricular, em sua ação profissional docente e em sua inserção político-social e sindical (IE/UFMT, 1994).

Nessa perspectiva, o professor idealizado deve apresentar o seguinte perfil tipológico: ser um profissional competente, comprometido, com postura ética, com reconhecimento social e com engajamento político.

E as comunidades indígenas, como idealizam os seus professores? Como desejam que



se “formem” esses novos agentes educativos?

Tal indagação permeia a maioria dos debates no âmbito dos cursos de formação de nível médio e se incorpora no cotidiano das comunidades indígenas. Trata-se, porém, de uma temática recente que envolve atores em construção e respostas nem sempre consensuais.

Em um levantamento preliminar, realizado a partir de textos e depoimentos de professores e lideranças indígenas de Mato Grosso, (SECCHI, 1996) detectaram-se cinco expectativas principais que expressam perfis tipológicos bastante definidos. Em todos os casos, a instituição escolar e o professor indígena fundem-se em um único e idealizado ente que pode ser considerado "bom" ou "adequado" quando: 1. "conhece e ensina as coisas do branco"; 2. "ajuda a gente se virar no mundo"; 3. "ajuda a nos defender dos invasores"; 4. "prepara para competir no estudo e no emprego"; 5. "ajuda a reconstruir a nossa história".

Percebe-se que essas tipologias expressam diferentes perspectivas entre si e em relação ao que a sociedade não-indígena idealiza para seus professores. Entretanto, todas sugerem um movimento no sentido de apropriar-se de novos conhecimentos advindos do contato e aplicá-los, ora individual, ora coletivamente, no seu meio social, econômico, político e cultural.

Portanto, o professor é um agente dinamizador de conhecimentos indispensáveis para a rearticulação da vida societária. Não é, pois, uma figura associada a interesses alienígenas, mas passa a identificar-se como um protagonista da construção e da reconstrução cultural da comunidade em que atua (SECCHI, 1997).

De forma sintética, podemos dizer que o professor a ser formado nos cursos de licenciatura deverá desenvolver capacidades e competências que o habilite a:

- elaborar projetos de pesquisa e levantamento de informações sistematizadas em sua área de formação específica;
- elaborar e utilizar materiais didáticos específicos para uso nas suas escolas;
- definir, organizar e implementar propostas curriculares adequadas aos níveis de ensino e aos interesses das suas comunidades (GRUPIONNI, 1999).

9 OBJETIVOS DOS CURSOS

Os cursos de Licenciatura têm por objetivo geral a formação e a habilitação de professores indígenas para o exercício docente no ensino fundamental e em disciplinas específicas do ensino médio, conforme a área de terminalidade em que fizer opção.

Os objetivos específicos dos cursos expressam uma dinâmica de formação de qualidade crescente, ancorada na permanente relação teoria-prática, manifesta em três níveis de competências:

- a) Compreensão do processo de educação escolar, dos seus limites e possibilidades,



como uma nova prática social e cultural que se expressa em novas relações econômicas, políticas, administrativas, psicossociais, linguísticas e pedagógicas;

b) Domínio de conhecimentos autóctones e das ciências que integram o currículo dos cursos de Licenciatura e de sua adequada utilização na realidade sociocultural específica em que atua como professor;

c) Capacidade de organização e dinamização do currículo escolar e de implementação de estratégias didático-pedagógicas consonantes com as demais práticas culturais utilizadas por uma sociedade ou por uma determinada comunidade.

Esses objetivos serão traduzidos no currículo dos cursos como núcleos de estudos ou eixos temáticos e desenvolvidos nas disciplinas que os compõem. Tal prática fará com que o licenciando indígena articule a formação teórica de cada núcleo de estudo com outros conhecimentos, valores e habilidades disponíveis em sua realidade sociocultural.

10 ESTRUTURA CURRICULAR DAS LICENCIATURAS

Os cursos de Licenciatura são estruturados em duas etapas: uma de Formação Geral, com duração de 3 (três) anos e uma de Formação Específica, com duração de 2 (dois) anos.

A etapa de Formação Geral compõe-se de dois núcleos curriculares que se articulam de forma a oportunizar aos cursistas a compreensão dos elementos construtivos da educação escolar indígena e os conhecimentos necessários para a prática docente nas diversas áreas do ensino fundamental.

O primeiro terá como objeto a reflexão acerca dos processos pedagógicos que compõem a práxis escolar e os projetos societários que a orienta. Já o segundo enfocará o tratamento dos conteúdos das diversas áreas do conhecimento que integram o currículo escolar do ensino fundamental.

Nessa etapa, então, serão trabalhados os conceitos e conteúdos necessários para a formação desse novo agente de produção e reprodução cultural denominado *professor indígena*.

A etapa de Formação Específica será desenvolvida nos dois últimos anos do curso e terá como enfoque o aprofundamento nos conhecimentos necessários para a prática docente em disciplinas específicas do ensino médio, além do desenvolvimento de uma pesquisa na área da licenciatura em que fizer opção. Para tanto, os cursistas farão a opção por uma das três terminalidades – Licenciatura em Ciências Matemáticas e da Natureza; Licenciatura em Ciências Sociais ou Licenciatura em Línguas, Artes e Literaturas, e nela estudarão os conteúdos específicos e desenvolverão uma pesquisa que será apresentada como *trabalho de conclusão de curso*.



A exemplo do que ocorre nos demais projetos de formação de professores em Mato Grosso, os cursos de Licenciatura seguirão um calendário específico, composto por duas modalidades letivas. A primeira, de caráter presencial e trabalho intensivo, ocorrerá semestralmente, coincidindo com o período de férias e recessos escolar dos cursistas. A segunda, de atividades cooperadas, nos períodos intermediários entre uma etapa intensiva e outra, possibilitando aos cursistas conciliar suas atividades docentes nas escolas com as atividades do curso de formação (preparo de seminários, leituras, pesquisas solicitadas, etc.).

Desse modo, a *práxis* docente e o processo de formação ocorrerão simultaneamente, num contínuo exercício de comunicação dialógica.

Os cursos terão uma carga horária total de 4.025 horas, assim distribuídas:

- a) Estudos Presenciais (10 etapas intensivas): 2.055 horas;
- b) Estudos cooperados de ensino e pesquisa: 1.250 horas; e
- c) Estágios supervisionados: 720 horas;

Uma vez concluídos, os cursos conferirão ao cursista o título de Licenciado numa das três áreas de terminalidade, a saber:

- a) Licenciatura Plena em Ciências Matemáticas e da Natureza;
- b) Licenciatura Plena em Ciências Sociais; e
- c) Licenciatura Plena em Línguas, Artes e Literaturas;

Os cursos oferecerão vagas a professores indígenas do Estado de Mato Grosso que, por ocasião do processo de seleção, tiverem concluído o Ensino Médio. Tais cursos obedecerão a um regime seriado especial e serão desenvolvidos de forma intensiva e presencial nos períodos de férias e recessos escolares, e com atividades cooperadas entre docentes e cursistas nos períodos em que estes estiverem ministrando aulas nas escolas indígenas.

11 TEMÁTICAS, ENFOQUES, EMENTÁRIOS E BIBLIOGRAFIA DAS LICENCIATURAS

Cada semestre letivo dos cursos é composto por uma etapa letiva intensiva e uma de estudos cooperados, e terá uma temática central sobre a qual serão desenvolvidos os conteúdos curriculares das três licenciaturas.

O primeiro ciclo de estudos constará de 6 (seis) etapas letivas de caráter intensivas e de 6 (seis) etapas de estudos cooperados, pesquisa e atividades docentes dos cursistas, desenvolvidas entre uma etapa intensiva e outra.

Esse primeiro ciclo de estudos, conhecido como *Etapa de Formação Geral*, estará



oportunizando aos cursistas a compreensão dos elementos constitutivos da educação escolar indígena e os conhecimentos necessários para o exercício da prática docente no ensino fundamental.

O segundo ciclo de estudo, conhecido como *Etapa de Estudos Específicos*, constará de 4 (quatro) etapas intensivas e 4 (quatro) etapas de estudos cooperados de ensino e pesquisa. Estará centrado no aprofundamento dos conhecimentos necessários para a prática docente em disciplinas específicas do ensino médio e na definição, desenvolvimento e apresentação de uma pesquisa de final de curso.

Para tanto, no final da sexta etapa letiva intensiva, os cursistas definirão a área de terminalidade (Licenciatura em Ciências Matemática e da Natureza; Licenciatura em Ciências Sociais; ou, Licenciatura em Línguas, Artes e Literaturas) a partir da qual cada um estará especializando e desenvolvendo a sua pesquisa e o seu trabalho final. No início do sétimo semestre letivo os cursistas, agora agrupados por áreas de terminalidade (licenciaturas), terão o acompanhamento dos docentes que os orientarão ao longo do desenvolvimento de todo o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Cada uma das áreas de terminalidade decidirá, a partir do que foi trabalhado na etapa básica, sobre a sua estratégia de trabalho, definindo seus temas e problemas de estudo, bem como os conteúdos, os objetivos a serem alcançados, a metodologia de trabalho e todos os demais itens que dizem respeito a esse segundo ciclo de estudo.

Ao término da sétima etapa letiva intensiva, o cursista deverá estar em condições de retornar à sua comunidade e desenvolver as atividades programadas, incluída aí, uma versão preliminar do trabalho de conclusão de curso. Na décima etapa intensiva, o cursista deverá estar fazendo a redação final do trabalho de conclusão de curso, para posterior apresentação, apreciação e avaliação final.

O enfoque e o ementário das licenciaturas apresentados a seguir indica alguns dos assuntos que poderão ser tratados em cada área de estudo em cada semestre. No entanto, tem apenas o caráter referencial uma vez que a cada etapa de preparação e planejamento (que ocorrem todos os semestres antes do início do período letivo intensivo) todos os docentes que atuarão naquele período definirão com maior detalhamento os conteúdos, metodologias e fluxos curriculares que serão impressos aos trabalhos.

11.1 Enfoque nas Ciências Sociais

As Ciências Sociais terá como foco habilitar nos campos da História e da Geografia, compondo com a Antropologia, com a Política, com a Sociologia e com a Filosofia uma abordagem reflexiva acerca das diferentes noções de tempo e espaço concebidos pelas diversas



sociedades humanas.

A área terá como ponto de partida a realidade do educando-pesquisador em suas múltiplas relações intersocietárias. A partir desse referencial, serão discutidas as diversas formas de conceber o espaço/tempo, possibilitando aos cursistas compreender essas relações de forma crítica. Serão destacadas, especialmente, as relações das sociedades indígenas com o Estado, nas diversas áreas da política indigenista (saúde, fundiária, educação, etc.).

Na abordagem histórica, serão trabalhadas inicialmente as diferentes perspectivas das narrativas, de seus atores e de suas fontes, e, dentre elas, a história oficial. Será privilegiado o discurso oral produzido por pesquisadores indígenas como uma fonte histórica que se constrói no cotidiano de cada comunidade e de cada povo. Os indígenas deixam de ser vistos como entes genéricos e passam a ser pensados em suas particularidades históricas.

Uma segunda temática a ser aprofundada diz respeito às diferentes formas de organização e representação social e simbólica.

A terceira temática tratará de forma relacional as diversas versões da história das sociedades, bem como das especialidades da história oficial (história monetária, da escrita, da medicina, das leis, etc.).

Na perspectiva específica da Geografia, busca-se aprofundar a reflexão acerca das relações que os grupos sociais estabelecem entre si e com o meio em que habitam. Portanto, os conteúdos e as estratégias do ensino não serão produtos oriundos de apenas uma perspectiva, antes, derivam do debate entre os cursistas, docentes e toda a comunidade educativa.

O enfoque prioritário será a análise da realidade física, social e econômica do lugar onde se vive (grupo doméstico, aldeia, área indígena). Terá como ponto de partida a apresentação das diferentes concepções de espaço físico (hidrografia, relevo, clima, vegetação etc.) e do espaço social¹ (organização interna dos grupos, a casa, a aldeia, o lugar da chefia, da política e da economia).

Num segundo momento será analisada a realidade indígena do Estado de Mato Grosso, as sociedades que a compõe, as interdependências culturais, econômicas, territoriais, etc. A essa reflexão serão acrescentadas outras concepções de espaço físico e social (a exemplo dos espaços urbanos) e as principais formas de representação. A partir de materiais bibliográficos e cartográficos serão produzidas representações da realidade espacial local e regional. Tal acervo poderá ser utilizado pelos cursistas em novas pesquisas com os seus

¹ A distinção que aqui fazemos entre espaço físico e espaço social não pressupõe que negligenciemos reflexões acerca da construção social da natureza, não entendida aqui, portanto, como algo dado, uma vez que o modo como as diferentes sociedades concebem e utilizam a natureza constituem objeto de reflexão no curso.



alunos e como subsídio para assuntos de interesse de toda a comunidade.

Dentre os principais objetivos da área da Geografia destaca-se a reflexão sobre o espaço físico e social pensado a partir das mudanças ocorridas com o processo histórico do contato (a poluição dos rios, o desmatamento, a diminuição da oferta de recursos naturais e as alterações demográficas, dentre outros), bem como a inserção desses fatos no contexto brasileiro e mundial.

Tal análise possibilitará ao cursista participar também de forma efetiva na definição, elaboração e execução de projetos socioeconômicos autossustentáveis que venham a ser implementados em sua comunidade.

11.1.1 Ementário de Ciências Sociais

Semestre	Temáticas	Ementas
1º CS I	Gênese	A origem do homem, a formação e desenvolvimento sociocultural dos primeiros grupos humanos sob a perspectiva das diferentes culturas; a história das civilizações (as sociedades pré-colombianas); o surgimento da narrativa histórica no mundo ocidental e a evolução conceitual de ciência histórica; os agentes formadores das características físicas da terra (tempo geológico, classificação e divisão da terra); noções relativas ao espaço cósmico; ciência, mito e concepções cosmológicas.
2º CS II	Tempo	As diferentes noções de tempo nas sociedades; história e desenvolvimento do pensamento científico das diferentes correntes produtoras de conhecimento ao longo dos séculos; os sentidos de tempo que presidem as teorias da história; os mais recentes campos de investigação da história, seus objetos e modelos; a importância do documento e da oralidade para o trabalho da reconstituição do passado (historiografia).
3º CS III	Espaço	A diversidade étnica e cultural na produção social do espaço; a ação do homem na construção e definição dos espaços; espaço, territorialidade e nação; as diferenças climáticas como conjunto de interações entre atmosfera e superfície terrestre; as formas de relevo a partir da relação entre processo, estrutura e forma como elementos



		fundamentais do sistema geomorfológico; a produção do espaço urbano e rural.
4º CS IV	Sociedade	A heterogeneidade das formas de existência sociocultural; classe e estratificação social; relações capitalistas e não capitalistas de produção; a divisão teórica e social do trabalho, modos de produção e formações econômico-sociais; análise espacial, geopolítica, econômica e demográfica; distribuição da população mundial e seus contrastes (crescimento populacional). A cultura material nas diferentes sociedades; as diferentes formas da utilização e concepção de trabalho pelas sociedades; as formas de poder e representação social; análise quantitativa e qualitativa da população e sua influência na organização do espaço; relação sociedade/natureza; compreensão das relações no espaço doméstico.
5º CS V	Território	A constituição das sociedades e suas formas de expansão; do processo de conquista e ocupação das terras ameríndias; os movimentos de colonização e descolonização; inserção de Mato Grosso no processo de formação do estado brasileiro (correntes migratórias, projetos e programas); compreensão das regiões brasileiras (divisões, relações e processos de ocupações); Centro-Oeste (aspectos de mineralogia, flora, fauna, hídrico, econômico, social, cultural e populacional); medidas da superfície terrestre (cartografia); terras indígenas em Mato Grosso. Caracterização e análise das formas e dos processos fluviais (bacias hidrográficas, formações lacustres, oceanos e mares); conhecimentos teóricos e metodológicos para a apreensão do sistema geomorfológico enquanto resultado da atuação de processos hídricos; análise dos problemas ambientais (poluição e exploração dos recursos minerais e vegetais); estudo da distribuição e adaptação humana no globo; os combustíveis e a produção de energia.
6º CS VI	Autonomia	O Estado; formas de governos, representações e cidadanias nas diversas sociedades; a constituição do conceito de



		política e democracia no mundo ocidental; ideologias e movimentos sociais; estado e classes sociais; a organização indígena como caminho para a autonomia e autodeterminação; gestão territorial e etnodesenvolvimento. Levantamento de temas de estudo para o segundo ciclo do curso.
7º CS VII	Trabalho de Conclusão de Curso I	Conteúdos específicos das temáticas e problemas elencados para estudo na área de terminalidade.
8º CS VIII	Trabalho de Conclusão de Curso II	Conteúdos específicos das temáticas e problemas elencados para estudo na área de terminalidade.
9º CS IX	Trabalho de Conclusão de Curso III	Conteúdos específicos das temáticas e problemas elencados para estudo na área de terminalidade.
10º CS X	Trabalho de Conclusão de Curso IV	Conteúdos específicos das temáticas e problemas elencados para estudo na área de terminalidade.

11.1.2 Bibliografia Básica

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O Que é Educação*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

BUENO, Eduardo. *Náufragos, traficantes e degredados - as primeiras expedições aos Brasil*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 1997.

COLOMBO, Cristóvão. *Diários da Descoberta da América: - as quatro viagens e o testamento*. Porto Alegre: L&PM, 1999.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica*. Brasília: MEC 2001.(tem na biblioteca)

Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho. - Brasília: OIT, 2011. 1 v

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Os Direitos do Índio*. Brasiliense, 1987.

DAY, Michael H. *O Homem Fóssil*. São Paulo: Melhoramentos/USP, 1974 (Série Prisma).

DUNCAN, David Ewing. *Calendário: a epopéia da humanidade para determinar um ano verdadeiro e exato*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

ELIAS, Norbert. *Sobre o Tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FAUSTO, Carlos. *Os índios antes do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.



- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e Sociedade*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979
- GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a República*. São Paulo: Hucitec/Edusp/SEC-SP, 1989.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1989
- GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *Índios no Brasil*. São Paulo: SMC-SP, 1992.
- GRUPIONI, Luís Donisete Benzi; VIDAL, Lux; FISCHMANN, Roseli (Orgs.). *Povos indígenas e tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade*. São Paulo: EDUSP/UNESCO, 2001.
- LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- LOPES DA SILVA, Aracy (org.). *A questão indígena na sala de aula: subsídios para professores de 1º e 2º graus*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.
- LOPES DA SILVA, Aracy e FERREIRA, Mariana Kawall Leal (Orgs.). *Práticas pedagógicas na escola indígena*. São Paulo: FAPESP/GLOBAL/MARI, 2001.
- LOPES DA SILVA, Aracy. *Índios*. São Paulo: Ática, 1988.
- MALERBA, Jurandir (org.). *A Velha História: - teoria, método e historiografia*. Campinas: Papirus, 1996.
- MANACORDA, Mario Alighiero. *História da Educação – da antiguidade aos nossos dias*. Tradução de Gaetano Lo Mônaco. São Paulo: Cortez Editora, 2002.
- MELATTI, Julio Cezar. *Os índios do Brasil*. São Paulo: HUCITEC, Brasília: EDUNB, 1993.
- MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica*. Brasília: CNE, 2001.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Parâmetros em Ação – textos de fundamentação*. Brasília: SEF, 2001.
- MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. *Referenciais para a Formação de Professores Indígenas*. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 2002.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas*. Brasília: SEF-CGAEI, 1998.
- MONTEIRO, Paula (coord.). *Entre o Mito e a História - o V centenário do descobrimento da América*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- MORENO, Gislaene; HIGA, Tereza Cristina Souza (orgs.). *Geografia de Mato Grosso: Território, Sociedade, Ambiente*. Cuiabá: Entrelinhas.
- NIEMEYER, Ana Maria de; GODOI, Emília P. de (orgs.). *Além dos Territórios: para um*



diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos. Campinas: Mercado das Letras, 1998.

OLSON, David R.; TORRANCE, Nancy (org.). *Cultura Escrita e Oralidade.* São Paulo: Editora Ática, 1995

PADILHA, Paulo Roberto. *Planejamento dialógico.* São Paulo: Cortez Editores, 2002.

PERRENOUD, Philippe. *Dez novas competências para ensinar.* Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

PROJETO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS. *Cadernos de educação escolar indígena.* Barra do Bugres: UNEMAT, v.1 n.1, 2002.

PROJETO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS. *Cadernos de educação escolar indígena.* Barra do Bugres: UNEMAT, v.2 n.1, 2003.

PROJETO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS. *Cadernos de educação escolar indígena.* Barra do Bugres: UNEMAT, v.3 n.1, 2004.

PROJETO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS. *Cadernos de educação escolar indígena.* Barra do Bugres: UNEMAT, v.4, n.1, 2005.

RAMOS, Alcida Rita. *Sociedades Indígenas.* 3.ed. São Paulo: Ática, 1994. REIS, José Carlos. *Tempo, História e Evasão.* Campinas: Papyrus, 1994.

RIBEIRO, Berta G. *O índio na História do Brasil.* São Paulo: Editora Global, 1983.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno.* Petrópolis: Ed. Vozes, 1982.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. *O que é etnocentrismo.* Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História.* Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1987.

SANTOS, José Luis dos. *O que é Cultura.* Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SILVA, Aracy Lopes da; DONISETE, Luis Benzi Grupioni (orgs.). *A Temática Indígena na Escola. Novos Subsídios para Professores de 1º e 2º graus.* Brasília: MEC, MARI, UNESCO, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Alienígenas em sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação.* Petrópolis: Vozes, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da; MOREIRA, Antonio Flávio (org.). *Territórios contestados. O currículo e os novos mapas políticos e culturais.* Organização.

THOMAS, K. *O homem e o mundo natural.* São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América. A questão do outro.* São Paulo: Martins Fontes, 1983.



TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros - uma reflexão francesa sobre a diversidade humana*.

Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

VIDAL, Lux (org.). *Grafismo Indígena. Estudos de Antropologia Estética*. São Paulo: Studio Nobel, EDUSP, FAPESP: 1992.

WEISZ, Telma. *O diálogo entre o ensino e a aprendizagem*. São Paulo: Ática, 2000. ZABALA, Antoni. *A prática educativa*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

11.1.3 Bibliografia Complementar

ALVES, Nilda. *Formação de professores: fazer e pensar*. São Paulo: Cortez Editores, 1991.

ASKIN, I.F. *O Problema do Tempo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

AZANHA, Gilberto e VALADÃO, Virgínia Marcos. *Senhores destas terras - os povos indígenas no Brasil: da colônia aos nossos dias*. São Paulo: Atual Editora, 1991.

BALANDIER, Georges. *A noção de situação colonial*. Revista dos Alunos. São Paulo: PPGAS, USP, 1993.

BARRETTO, Henyo Trindade Filho. *Sociedades indígenas: a diversidade cultural contemporânea no Brasil*. Brasília: FUNAI, 1996.

BERUTTI, Flávio; MARQUES, Adhemar. *Ensinar e aprender história*. Belo Horizonte: RHJ, 2009.

BITTENCOURT, Circe. *O saber histórico em sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1998.

BORGES, Dulcina T.B. *Você, o tempo e a história*. *Cadernos de História*, UFU, v5, n5, jan/dez 1994.

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Portugal: Publicações Europa América, 1963.

BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. 5.ed. Lisboa: Ed. Presença.

CAVALCANTI, Lana Souza de. *Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos*. Campinas: Papirus, 1998.

CANCLINI, Néstor García. *Diferentes, desiguais e desconectados*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o estado - investigações sobre antropologia política*. Porto/Portugal: Edições Afrontamento, 1975.

CIMI-OPAN (Org.) Dossiê: Índios de Mato Grosso. Cuiabá, 1988.

COLAÇO, Thais Luzia. *Elementos de Antropologia Jurídica*. Florianópolis: Conceito Editorial, 2008.

CUCHE, Denys. *A Noção de Cultura em Ciências Sociais*. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração.



- CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Rio de Janeiro: UNIC: Cuiabá: Entrelinhas, 2009.
- D’ALESSIO, Márcia M. *Reflexões sobre o Saber Histórico*. São Paulo: Fundação Ed. Unesp, 1998.
- De Certeau, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985.
- DEMO, Pedro. *Pesquisa: princípio científico e educativo*. São Paulo: Cortez, 2003.
- EVANS, Idrisyn. *O Planeta Terra*. São Paulo: Melhoramentos/USP, 1974 (Série Prisma).
- FONSECA, Selva Guimarães; SILVA, Marcos. *Ensinar História no Século XXI: em busca do tempo entendido*. Campinas, SP: Papyrus, 2009.
- FUNAI. *Legislação e jurisprudência indígenas*. Brasília: FUNAI, 1983.
- GOMES, Mércio Pereira. *Os índios e o Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- HILSDORF, Maria Lucia Spedo. *História da Educação Brasileira: Leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. 135p.
- KIMURA, Shoko. *Geografia no ensino básico: questões e propostas*. São Paulo: Contexto, 2010.
- KUPER, A. *Antropólogos e Antropologia*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1978.
- KXINAWÁ, Joaquim Paulo Maná et alli. *Índios no Acre - História e organização*. Rio Branco: Comissão Pró-Índio do Acre/MEC, 2002.
- LEÔN-PORTILLA, Miguel. *A Conquista da América vista pelos índios - relatos astecas, maias e incas*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- LÉRY, Jean. *Viagem à terra do Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Editora, EDUSP, 1972.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um Grande Cerco de Paz - poder tutelar, indianidade e formação do estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- LOPES DA SILVA, Aracy. NUNES, Ângela. MACEDO, Ana Vera (orgs). *Crianças indígenas: ensaios antropológicos*. São Paulo: Global, 2002.
- MAAR, Wolfgang Leo. *O que é política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- MELIÁ, Bartolomeu. *Educação Indígena na escola*. Cadernos Cedes, anoXIX, nº 49, Dezembro/99.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *As leis e a educação escolar indígena*. Programa Parâmetros em Ação – Educação Escolar Indígena. Brasília: SEF, 2002.
- MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. *Experiências e Desafios na Formação de Professores Indígenas no Brasil*. EM ABERTO. Brasília: INEP, 2003.
- MONTE, Nietta. *Escolas da floresta: entre o passado oral e o presente letrado*. Rio de



Janeiro: Multiletra, 1996.

MORGAN, Lewia H. *Os períodos étnicos e O ritmo do progresso humano. In "A sociedade primitiva"*, vol 1. Lisboa/São Paulo: Editorial Presença/ Martins Fontes, 1976.

NEVES, Eduardo Góes. *Os índios antes de Cabral: arqueologia e história indígena no Brasil. in "A temática indígena na escola - novos subsídios para professores de 1º e 2º graus"*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

NIEMEYER, Ana Maria de. *Desenhos e Mapas na Orientação Espacial: pesquisa e ensino de antropologia. Textos Didáticos n° 12*. Campinas: IFCH/Unicamp, 1994.

NOVAES, Adauto. *A outra margem do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

NÓVOA, Antonio (org.). *Vidas de professores*. Lisboa: Porto Editora, 2000.

_____. *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

OLIVEIRA, João Pacheco (org.). *Indigenismo e Territorialização - poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

OLIVEIRA, João Pacheco. *Ensaio em Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999.

PEDROSO, José Augusto. *O pensamento e a ação do professor*. Porto: Porto Editora, 1995

PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Vinte luas - viagem de Paulmier de Gonneville ao Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PINSKY, Carla Bassanezi (org) *Novos temas nas aulas de história*. São Paulo: Contexto, 2010.

RIBEIRO, Berta G. *Dicionário de Artesanato Indígena*. Belo-Horizonte: Itatiaia/SP: EDUSP, 1988.

RÜSEN, J. *História Viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007

SANTILLI, Juliana. *Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*. São Paulo: Peirópolis, 2004.

SANTILLI, Márcio. *Os brasileiros e os índios*. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

SANTOS, Milton. *Metamorfose do Espaço Habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SCARPA, Regina. *Era assim, agora não*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

SILVA, Marcos(org). *História. Que ensino é esse?* Campinas: Papirus, 2013.

STANDEN, Hans. *A verdadeira história dos selvagens, nus e ferozes devoradores de homens*. Rio de Janeiro: Dantes Editora e Livraria, 1998.

STEFANELLO, Clarissa Ana. *Didática e avaliação da aprendizagem no ensino de geografia*. São Paulo: Saraiva, 2009.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. RJ: Vozes, 2002.

VEIGA, Juracilda; SALANOVA, Andrés. *Questões de educação escolar indígena: da*



formação do professor ao projeto de escola. Brasília: FUNAI/DEDOC/ALB, 2001.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Jeanpaolo. *História Geral e do Brasil*. São Paulo: Scipione, 2001.

FILMES

- *1492 - A conquista da América*
- *20 anos de luta – a terra dos Macuxi*
- *A idade do Brasil*, série da TV Escola/Unicef/TVE Brasil, produzida em 1999, que apresenta aspectos da formação do Brasil e do povos brasileiro, composta por três programas.
- *Brava gente*
- *Brincando nos campos do Senhor*
- *Contatos - Índios no Brasil/MEC*, Programa TV Escola
- *Deus chega nas aldeias - Índios no Brasil/MEC*, Programa TV Escola
- *Índios gigantes – a saga dos Panará*
- *Índios no Brasil*, série produzida pelo MEC/Programa TV Escola e Vídeo nas Aldeias, apresentando o perfil da população indígena, sua história e suas perspectivas de futuro, composta por 10 programas.
- *O povo Brasileiro*, série produzida por Isa Ferraz, Antonio Risério e Marcos Pompéia, a partir da obra de Darcy Ribeiro, onde se apresenta a formação do povo e da nação brasileira, discutindo as matrizes culturais, os percursos históricos, problemas e perspectivas de futuro, composta por 10 programas.
- *Terra dos índios*
- *Vídeos sobre a criação das organizações indígenas no Brasil*.
- *Xingu*

11.2 Enfoque nas Línguas Artes e Literatura

Ao tratarmos da área de Línguas, Artes e Literatura destacamos, primeiramente, destacamos o indígena Ailton Krenac:

Ouçã o que dizem os antigos. Preste atenção na fala dos velhos sábios, pois eles guardam a Palavra Criadora. (...) Mas o mundo está perdendo o contato com o Poder Criador da Palavra e se afastando da sua memória divina que dá origem a todas as coisas. (...) Ouçã a Palavra dos velhos sábios, eles carregam a Palavra Cântaro, de onde jorra a palavra pura e vital. (...) Contam do tempo antigo, as narrativas que invocam a fundação do mundo A'uwê e sua cultura singular. Narrativas tradicionais tecidas com a mesma mestria refletida nos objetos de arte repletos de texturas sutis e discretas, que revelam e ocultam. Como nos balaies feitos em trançados para carregar farinha e que nos seus desenhos contam histórias da



vida de quem fez o trançado. (...) E nos entregam neste balaio soberbo, repleto de arte. (Guardadores da Palavra Criadora, 1998)

Vejamos o que dizem outros autores em relação à Língua Portuguesa:

Uma das armas de que tais populações têm lançado mão, hoje, para se defender, é a busca do conhecimento da sociedade do não-índio, de seus costumes, de sua maneira de pensar. Para ter acesso a essas informações, saber bem a língua portuguesa é a primeira necessidade. Assim, a cada dia que passa, cresce o volume de reivindicações por parte das comunidades indígenas, por educação escolar formal: entender a sociedade envolvente para defender-se dela. (CAMARGO & ALBUQUERQUE, 1998).

Ao pensar especificamente na área de Línguas, a preocupação primeira não é exatamente a de ensinar aos índios o Português, língua oficial e majoritária no país. Neste projeto tem-se presente o cuidado para não dissociar o ensino do Português do desenvolvimento das línguas indígenas e de não abafar o seu conhecimento e utilização. O ensino da língua portuguesa é uma necessidade para a comunicação entre índios e não índios e uma forma de fortalecer as relações interculturais.

Na estrutura dos cursos, a área de Línguas terá, portanto, como objeto de estudo, a experiência da linguagem, a prática do dizer e do calar, a temática da "língua nacional" *versus* línguas indígenas e as relações entre línguas, artes e literaturas.

As Artes e a Literatura, componentes igualmente essenciais dos cursos, serão apresentadas como formas de trabalhar a sensibilidade e de alargar a visão de mundo. Ter-se-á o cuidado de possibilitar a experiência literária e artística, colocando em circulação a produção - seja em língua nativa, seja em português - e buscando em cada produção o espírito do povo que a produziu.

A base do trabalho com arte e literatura será essencialmente o próprio objeto de Arte (textos, etc.) e a sua interpretação, fundada sobretudo na contemplação. O que se busca nesse trabalho é o estudo das diferentes formas de expressão acerca dos objetos de arte, como esse objeto foi dito e como foi pensado por uma determinada pessoa, comunidade ou povo.

A unidade epistemológica e a integração com as demais áreas que compõem os cursos serão buscadas numa reflexão sobre o funcionamento da linguagem em geral, tendo seu apoio teórico numa abordagem discursiva. Essa abordagem permitirá relacionar o conhecimento da linguagem ao conhecimento das formações sociais, levando em conta, como fato fundamental, a relação necessária entre linguagem e suas condições de produção, a constituição histórica do sujeito e do sentido. Não se considera, portanto, nesta abordagem, a linguagem como mero instrumento de comunicação e de informação - conjunto de códigos que, decifrados,



tornariam a linguagem algo transparente -, mas na sua dimensão ideológica, analisando os processos discursivos, os dispositivos ideológicos de interpretação, que determinam tanto o sujeito quanto o sentido, desfazendo a ilusão de que o sujeito está na origem do seu dizer. Ou na formulação de Orlandi: "quando se diz algo, alguém o diz de algum lugar na sociedade para outro alguém também de algum lugar da sociedade e isto faz parte da significação".²

Com base nas Teorias do Discurso, é possível pensar a linguagem a partir da história da sua constituição, incluindo aqui toda a história do contato das línguas indígenas entre si e com a língua portuguesa.

Portanto, não é sem preocupação que a escola adentra as sociedades indígenas buscando superar a tendência (e a prática) etnocêntrica e desenvolvendo ações que deem lugar e espaço para o outro, permitindo o desenvolvimento de relações simétricas e dialógicas.

Pensando a prática, só é possível operacionalizar esta área considerando a clientela real e concreta que compõe o quadro discente: quem são os cursistas, a que etnias pertencem, por que ingressaram no curso, qual é a história do contato com a sociedade envolvente, etc.

Em segundo lugar, todos os envolvidos no projeto terão presente (e irão esclarecendo no decorrer do trabalho), qual é a função da língua oral e da escrita para as diferentes culturas.

A área de Línguas, Artes e Literaturas habilitará o cursista ao trabalho com as diferentes linguagens: escrita, oral, artística e literária, em: Língua indígena (cada um na língua falada/escrita pela sua etnia), língua portuguesa, educação artística, literaturas indígena e portuguesa.

11.2.1 Ementário de Línguas Artes e Literaturas

Semestre	Temáticas	Ementas
1º LAL I	Gênese	A comunicação do homem: a estruturação da fala humana; comunicação não-verbal: a música, arte e artesanato; as representações corporais: pintura, dança, encenações; a força da tradição oral.
2º LAL II	Tempo	As formas de criação e transmissão de conhecimentos; a narrativa como função estruturante do pensamento; a diversidade linguística: as diferentes expressões do pensamento ao longo dos tempos; a escrita como uma das formas de representação; a reprodução de uma

² Orlandi, 1983, comentando Pêcheux (1969) para quem o discurso é "feito de sentido entre interlocutores".



		narrativa em texto; a reprodução de estórias e a sua utilização como material didático.
3º LAL III	Espaço	Pluralidade cultural e representações sociais; a palavra como unidade de fala; unidades de decomposição da palavra: fonemas, sílabas, radicais, afixos; os elementos básicos da construção de um texto oral e escrito (coesão, coerência e progressão); relação entre autor, leitor, texto e prática social; textos didáticos resultantes das descrições de eventos; o corpo humano como espaço de representação: coreografias.
4º LAL IV	Sociedade	A cultura como expressão das sociedades; o registro e o incentivo às manifestações culturais dos povos indígenas de Mato Grosso; clássicos da produção literária no Brasil e na América Latina; algumas técnicas e recursos para a produção literária; linguagem formal e elaboração de documentos; registro de eventos em poesia e em prosa. O discurso em seus diferentes contextos sociais: familiar, escolar, coloquial, público, ritual, etc.; a construção do discurso: palavras, frases, períodos e parágrafos; a comunicação no cotidiano das culturas: mídia e imagística; literatura indígena como forma de registro do cotidiano; o artesanato como expressão de arte indígena; produção de pequenas peças teatrais sobre o cotidiano indígena.
5º LAL V	Território	A escrita como forma de comunicação hegemônica nas sociedades modernas; a linguagem da argumentação e do conflito; a escrita como arma na defesa territorial. A linguagem legal: análise de alguns textos legais de interesse dos índios; educação bilíngue para quem e para quem?; a produção literária sobre o “índio” brasileiro; apreciação de alguns textos produzidos por professores indígenas de Mato Grosso. A poesia das águas como metáfora; as linguagens: musical, poética, técnica, acadêmica e burocrática; interpretação de textos poéticos e técnicos; produção de materiais didáticos com texto e



		desenhos; produção e reprodução de poesias e músicas indígenas.
6º LAL VI	Autonomia	O domínio da escrita e da leitura e a “preservação” linguística e cultural como formas de autonomia. O mercado consumidor como definidor de linguagens; artesanato tradicional <i>versus</i> comercial; festas tradicionais <i>versus</i> representações folclóricas; o turismo como elemento definidor de manifestações culturais e de organização tempo-espacial; mídia e outras formas de divulgação de produtos culturais; utilização e domínio das línguas portuguesa e de cada sociedade indígena; apreciação de alguns textos produzidos por líderes indígenas do Brasil e da América. Levantamento de temas de estudo para o segundo ciclo do curso.
7º LAL VII	Trabalho de Conclusão de Curso I	Conteúdos específicos das temáticas e problemas elencados para estudo na área de terminalidade.
8º LAL VIII	Trabalho de Conclusão de Curso II	Conteúdos específicos das temáticas e problemas elencados para estudo na área de terminalidade.
9º LAL IX	Trabalho de Conclusão de Curso III	Conteúdos específicos das temáticas e problemas elencados para estudo na área de terminalidade.
10º LAL X	Trabalho de Conclusão de Curso IV	Conteúdos específicos das temáticas e problemas elencados para estudo na área de terminalidade.

11.2.2 Bibliografia Básica

ALENCAR, José de. *Iracema*. Notas de Silviano Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

ANDRADE, Mário de. *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. São Paulo: Martins, 1972.

BASÍLIO, Margarida. *Teoria Lexical*. São Paulo: Ática, 2001.

BAGNO, Marcos. *A língua de Eulália: novela sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 1997.

BOSI, Alfredo. *O ser e o tempo na poesia*. São Paulo: Cultrix, 1993.

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994.

_____. *Cultura Brasileira: temas e situações*. Editora Ática, 2004.

CAGLIARI, L. C. *Guia de Transcrição Fonética*. São Paulo: UNICAMP, 1983.



- CÂMARA JR., Joaquim M. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- CARONE, Flávia. *Subordinação e Coordenação – Confrontos e contrastes*. São Paulo: Ed. Ática, 2001.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 43.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.
- FARIA, Maria Alice. *O jornal na sala de aula*. São Paulo: contexto, 2004.
- _____. *Como usar a literatura infantil na sala de aula*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005.
- FAUSTO, Carlos. “História”. In: *Índios no Brasil 1*. Brasília: MEC/SED, 1999.
- FERREIRA, Mariana K. Leal (org.). *Histórias do Xingu – coletâneas dos índios Suyá, Kayabi, Juruna, Trumai, Txucarramãe e Txicão*. São Paulo: NHII/USP/FAPESP, 1994.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. 29 ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- GARCIA, Othon M. *Comunicação em Prosa Moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar*. 21ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. 540p
- GERALDI, João Wanderley. (org.) *O texto na sala de aula: produção & leitura*. 2. ed. Cascavel: Assoeste, 1984.
- GNERRE, M. *Linguagem, Escrita e Poder*. 4.ed. 2ª tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 115p.
- GRUBER, Jussara G. (org.). *Ticuna – o livro das árvores*. Benjamin Constant: Organização Geral dos Professores Ticunas Bilíngues, 1997.
- ILARI, Rodolfo. *A linguística e o ensino da língua portuguesa*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Texto e Linguagem)
- JECUPÉ, Kaka Werá. *A terra dos mil povos: história indígena brasileira contada por um índio*. São Paulo: Peirópolis, 1998.
- KEHDI, Valter. *Morfemas do Português*. São Paulo: Ática, 2002.
- KOCH, Ingedore Villaça. *A coesão textual*. 6 ed. São Paulo: Contexto, 1993.
- _____. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 1999.
- _____. *Argumentação e linguagem*. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- KUMU, Umúsin Panlõn e KENHÍRI, Tolamã. *Antes o mundo não existia: a mitologia heróica dos índios Desan*. São Paulo: Livraria Cultura Editora, 1980.
- LEMLE, Miriam. *Guia Teórico do Alfabetizador*. São Paulo: Ática, 2002. LUFT, Celso P. *Língua e Liberdade*. Porto Alegre: LPM Editores, 1985. 111 p.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Análise da conversação*. 5. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- MARTINS, Maria Helena. *O que é Leitura*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- MENEZES, Gilda et. al. *Como usar outras linguagens na sala de aula*. 4. ed. São Paulo:



Contexto, 2003.

MINDLIN, Betty e narradores Suruí. *Vozes da origem; histórias sem escrita (narrativas dos índios Suruí de Rondônia)*. São Paulo: Ed. Ática / IAMÁ, 1996.

MINDLIN, Betty. *Moqueca de maridos: mitos eróticos*. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1997.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica*. Brasília: CNE, 2001.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. *Experiências e Desafios na Formação de Professores Indígenas no Brasil*. EM ABERTO. Brasília: INEP, 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Parâmetros em Ação – textos de fundamentação*. Brasília: SEF, 2001.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. *Referenciais para a Formação de Professores Indígenas*. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas*. Brasília: SEF-CGAEI, 1998.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. *Introdução à linguística*. São Paulo: Cortez, v.1, 2001.

ORLANDI, Eni. *Terra à vista*. São Paulo: Cortez, 1990.

_____. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 1993

_____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas, SP: Pontes, 1996.

PERINI, M.A. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1996.

POSSENTI, Sírio. *Porque não ensinar Gramática na Escola*. Coleção Leituras do Brasil. Campinas/SP: ALB / Mercado de Letras, 1996.

RIBEIRO, Berta. *Dicionário do artesanato indígena*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1988.

RIBEIRO, Darcy. *Maíra*. São Paulo: Círculo do Livro, s.d.

ROSA, Maria Carlota. *Introdução à Morfologia*. São Paulo: Contexto, 2000.

SILVA, Thais Cristófar. *Fonética e Fonologia: roteiro de estudos e guia de exercícios*. São Paulo: Contexto, 1999.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez, 1997.

VIDAL, Lux. (org.) *Grafismo indígena. Ensaio de antropologia estética*. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp/Edusp, 1992.

SILVA, Aracy Lopes da e GRUPIONI, Luis Donisete B. (orgs.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º Graus*. Brasília: MEC/Mari/Unesco, 1995.



11.2.3 Bibliografia Complementar

- ANTUNES, Irlandé. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Parábola Editorial, 2005.
- _____. *Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- AZEREDO, J.C. Iniciação à sintaxe do português. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Hucitec, 2006.
- BOFF, Leonardo. (1938) *O casamento entre o céu e a terra: contos dos povos indígenas do Brasil*. Rio de Janeiro, Salamandra, 2001.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2002.
- _____. *As Políticas Linguísticas*. Florianópolis e São Paulo: Ipol/Parábola, 2007.
- _____. *Tradição oral e tradição escrita*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- CÂMARA JR., Joaquim M. *Princípios de Linguística Descritiva*. Petrópolis: Vozes, 1971.
- CARONE, Flávia. *Morfossintaxe*. São Paulo: Ed. Ática, 1986.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Literatura oral no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1984.
- CHIAPPINI, Lígia. *Aprender e ensinar com textos não escolares*. (Coord. Adilson Citelli). 3.ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- D' ANGELIS, Wilmar; VEIGA, Juracilda (orgs.). *Leitura e escrita em escolas indígenas*. Encontro de Educação Indígena no 10º COLE / 1995. Campinas/SP: Associação de Leitura do Brasil / Mercado de Letras, 1997.
- DIAS, Antonio Gonçalves. *Poesia*. Rio de Janeiro: Agir. 1980.
- FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão. *Oficina de Texto*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- _____. *Prática de texto: língua portuguesa para estudantes universitários*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.
- FARGETTI, Cristina Martins (Org.). *Abordagens sobre o léxico em línguas indígenas*. Campinas: Editora Curt Nimuendajú, 2012.
- FROMKIN, V. & RODMAN, R. *Introdução à Linguagem*. Coimbra: Almedina, 1993.
- GLEASON, H.A. *Introdução à Linguística Descritiva*. Lisboa: FC Gulbenkian, 1971.
- GHILARDI, M. I & BARZOTTO, V. *Mídia, Educação e Leitura*. São Paulo: ALB, 1999.
- GRUBER, Jussara Gomes. *As extensões do olhar: A arte da formação dos professores Ticuna*. Em Aberto. Brasília: INEP, ano 14, nº. 63, p.122-136, jun./set. 1994.
- KRAHÓ, Dodanin; POLECK, Lydia (org.). *Amji Kin Krahó – Me holor xá nã itajê/Festas*



Krahó: Objetos e Instrumentos Musicais. Goiânia: Projeto de Educação para o Estado do Tocantins, 1997.

MAGALHÃES, J.V.Couto de. *O selvagem*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

MAIA, Marcus R. “*Ibru - el llanto ritual Karajá*” Trabalho apresentado nas Segundas Jornadas de Etolinguística, realizadas na Universidad Nacional de Rosário, Argentina entre os dias 02 e 04 de outubro de 1996. Trabalho publicado na integra nas Actas de las II Jornadas de Etnolinguística, Tomo I, Universidad Nacional de Rosário, Argentina, p.95-102.

_____. Oficina do Período: uma proposta para o ensino de português no 3º Grau Indígena. “*Cadernos de Educação Escolar Indígena*”, nº 2, p. 77-85. Barra do Bugres, MT: Unemat, 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MARIANI, Bethânia. Colonização lingüística. Campinas:Pontes, 2004.

MATOS, Cláudia Neiva de (org.). A tradução de cantos indígenas. 2001. Mimeo.

MATOS, Cláudia Neiva de (org.). Iniciação à linguagem literária: elementos para uma proposta de currículo de formação de professores de 1º grau. 1995. Mimeo.

_____. *Antologia da Floresta: literatura selecionada e ilustrada pelos professores indígenas do Acre*. Rio de Janeiro: Multiletras, 1997.

_____. Textualidades indígenas no Brasil. 2000. Mimeo.

MATOS, Cláudia Neiva de, TRAVASSOS, Elizabeth e MEDEIROS, Fernanda Teixeira de (org.). *Ao encontro da palavra cantada: poesia, música e voz*. Rio de Janeiro: 7letras / CNPq, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *As leis e a educação escolar indígena*. Programa Parâmetros em Ação – Educação Escolar Indígena. Brasília: SEF, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Referenciais de formação de professores*. Brasília: SEF, 1999.

_____. *Referenciais para Formação de Professores*. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1999.

NICOLAIDES, Christine; SILVA, Kleber Aparecido da; TÍLIO, Rogério; ROCHA, Claudia Hilsdorf (Orgs.). Política e Políticas Linguísticas. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

ORLANDI, Eni P. “Reflexões sobre escrita, educação indígena e sociedade.” *Escritos* Nº 5, dez./ 1999.

_____. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.

PRESTES, Maria L. de Mesquita. *Leitura e (Re) escritura de Textos: subsídios teóricos e*



práticos para o seu ensino. Catanduva, São Paulo: Rêspel, 2001.

RIBEIRO, Darcy. *Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre o saber, o azar e a beleza*. Petrópolis: Vozes, 1980.

RISÉRIO, Antonio. *Textos e tribos; poéticas extraocidentais nos trópicos brasileiros*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

ROJO, Roxane. (org.) *A Prática de Linguagem em sala de aula: praticando os PCNs*. São Paulo: EDUC; Campinas, SP: Mercado das Letras, 2000.

SANDERS, Th. E; PEEK, W. W. (org. e trad.). *Literature of the American Indian*. Beverly Hills: Glencoe Press; Toronto: Collier-MacMillan, 1973.

SANDMANN, Antônio. *Morfologia Geral*. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. *Morfologia lexical*. São Paulo: Contexto, 1992.

_____. *A linguagem da propaganda*. São Paulo: Contexto, 2003

SANTOS, Luzia Aparecida Oliva dos. *O percurso da indianidade na literatura brasileira: matizes da formação*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SAVIOLI, Francisco Platão & FIORIN, José Luiz. *Para entender o texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática, 1994.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim e Colaboradores. *Gêneros orais e escritos na escola*. São Paulo: Mercado de Letras, 2004.

SOARES, Magda. *Um tema e três gêneros*. 2 ed. 8 reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SOARES, M. *Técnica de Redação*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1984.

SUASSUNA, Lívia. *Ensino de Língua Portuguesa: uma abordagem pragmática*. Campinas S. P: Papyrus, 1995.

SOUZA, Tânia C. Clemente de. *Discurso e oralidade: um estudo em língua indígena*. Niterói: Universidade Federal Fluminense (Publicações do MCII), 1999.

YÁÑEZ, Mirta *et alii* (org.). *Antología de la literatura prehispánica*, tomo I. La Habana: Editorial Pueblo y Educación, 1986.

11.3 Enfoque nas Ciências Matemáticas e da Natureza

A área de Ciências Matemáticas e da Natureza visa a formação de professores de Ciências para o ensino fundamental, e de Biologia, Física, Matemática e Química para o ensino médio.

Para tanto, tem-se por ponto de partida o entendimento que todas as sociedades mantêm com a natureza uma estreita relação de interdependência. As diferentes formas de aproveitamento e utilização dos recursos naturais, por um lado, e as diferentes formas de organização social, por outro, definirão o modo de vida de cada sociedade.



O programa para a área de Ciências Matemáticas e da Natureza para professores indígenas tem como eixo principal a história da construção dos diferentes conhecimentos (dentre eles o científico), como fruto das inter-relações entre sociedade-natureza-ciência-tecnologia. Sob tais paradigmas, busca-se estabelecer complementaridade entre os diferentes saberes, tendo como ponto de partida e como objeto de estudo os conhecimentos próprios da comunidade educativa que participa do curso.

Portanto, a área de Ciências Matemáticas e da Natureza discutirá as diferentes formas utilizadas pelas sociedades – indígenas e não-indígenas - para a disponibilização de alimentos, vestuário, moradia, etc., e para o atendimento de suas necessidades simbólicas e cosmológicas. Tal abordagem, entretanto, não é estática. Ao contrário, trata das transformações advindas do contato inter-societário, especialmente entre a denominada “civilização ocidental” e as sociedades indígenas. Os novos desafios que se colocam frente às sociedades indígenas precisam ser tratados adequadamente tendo por base os conhecimentos autóctones e os das outras culturas e de suas “ciências”.

Os conteúdos das diferentes Ciências desta área serão trabalhados simultaneamente e de forma integrada nas etapas letivas intensivas e nos períodos de atividades cooperadas, de ensino e de pesquisa. Busca-se, portanto, superar a “fragmentação da natureza” nos nichos da biologia, física, química ou matemática, propondo-se a compreensão dos fenômenos naturais como uma unidade que é abordada sob diferentes perspectivas e com múltiplos instrumentos de análise.

11.3.1 Ementário de Ciências Matemáticas e da Natureza

Semestre	Temáticas	Ementas
1º CMN I	Gênese	As origens do Universo, da Terra, da vida, do homem e do conhecimento; as construções explicativas (mitos e cosmologias); diversidade/evolução das espécies vivas; análises sobre a capacidade que o ser humano tem de produzir conhecimentos (cultura-ciência-tecnologia), de promover transformações e de transformar-se.
2º CMN II	Tempo	Tempos absoluto e relativo; a organização do tempo por diferentes civilizações; os movimentos de corpos celestes (movimentos da Terra, da Lua e de outros astros); diferentes medidas para o tempo: tempo cósmico (ano-luz), tempo geológico, período de vida de diferentes espécies; relações



		espaços-temporais e as transformações da natureza; energia, entropia e processos reversíveis e irreversíveis; ritmos biológicos; transformações no ambiente.
3º CMN III	Espaço	Evolução da vida no tempo e no espaço; limites da percepção dos sentidos humanos; ondas, gravidade, luz, calor, som, eletricidade e magnetismo; sistemas de padronização de medidas; forças do universo; a organização da matéria em nível de macrocosmo (Terra, Sistema Solar, Via-Láctea, Universo); campo gravitacional e magnético da Terra; ocupação do espaço terrestre pelas espécies vivas, de acordo com a capacidade adaptativa das mesmas; distribuição da espécie humana sobre a Terra; impactos da ocupação humana no ambiente físico e social; a organização da matéria em nível de microcosmo (estrutura atômica e molecular).
4º CMN IV	Sociedade	Conceitos gerais de genética; genética humana; dispositivos que facilitam o trabalho do homem: máquinas, instrumentos de medição, transportes, conservação de alimentos, instrumentos utilizados para a saúde; análises da organização dos grupos humanos no espaço físico e social; relações entre a ocupação do espaço e as formas de distribuição de conhecimentos, bens e serviços derivados do desenvolvimento do conhecimento; implicações dos avanços das tecnologias no contexto físico e social; problemas ambientais da sociedade contemporânea. O homem como agente geológico; aproveitamentos de energéticos; aplicação das ondas eletromagnéticas; o uso do calor nas atividades humanas; a trajetória da luz e do som no corpo humano; a interação entre o meio biótico e abiótico e das espécies vivas entre si; transformações físicas, químicas no ambiente ocorridas naturalmente e/ou pela ação humana; manejo diário do ambiente pelos grupos sociais humanos; necessidades básicas do ser humano (moradia, alimentação, saneamento básico, trabalho, vestuário, saúde, lazer etc.).



5º CMN V	Território	Caracterização fisiográfica das paisagens; solo, água, biodiversidade; recursos naturais renováveis e não-renováveis: disponibilidades e aplicações; problemas ambientais resultantes da concentração de pessoas em um mesmo território; mecanismos para demarcação do território pelos animais; mecanismos de ocupação do espaço pelas plantas; terras indígenas e recursos naturais. Conceitos básicos de ecologia; importância da água para a vida e para a humanidade (alimentação, transporte, higiene, lazer, processos de produção); o ciclo hidrológico; ocupação dos espaços geográficos pela espécie humana; distribuição e estoque de água potável no planeta; mudanças de estados físicos da água; interações da água com os diferentes elementos do ambiente; transformações observadas na água decorrentes como produto da ação humana.
6º CMN VI	Autonomia	Responsabilidade social do professor; o uso social da ciência; as Ciências Matemáticas e da Natureza e as relações de poder; os recursos naturais como fontes de autonomia das sociedades; a relação entre economia e recursos naturais; tecnologia, ciência e luta por autonomia. Levantamento de temas de estudo para o segundo ciclo do curso.
7º CMN VII	Trabalho de Conclusão de Curso I	Conteúdos específicos das temáticas e problemas elencados para estudo na área de terminalidade.
8º CMN VIII	Trabalho de Conclusão de Curso II	Conteúdos específicos das temáticas e problemas elencados para estudo na área de terminalidade.
9º CMN IX	Trabalho de Conclusão de Curso III	Conteúdos específicos das temáticas e problemas elencados para estudo na área de terminalidade.
10º CMN X	Trabalho de Conclusão de Curso IV	Conteúdos específicos das temáticas e problemas elencados para estudo na área de terminalidade.

11.3.2 Bibliografia Básica

AFONSO, Germano Bruno. *O Céu dos Índios Tembé*. Série Etnoastronomia, Universidade Estadual do Pará.



- ATKINS, Peter; JONES, Loretta. *Princípios de Química: Questionando a vida moderna e o meio ambiente*. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- CONFALONIERI, Ulisses E. C. *Saúde de Populações Indígena: Uma Introdução para Profissionais de Saúde*. Rio de Janeiro: PARES, 1993.
- CURTIS, Helena. *Biologia*. 2.ed. Editora Guanabara – Koogan.
- D'AMBRÓSIO, Ubiratan. Uma história concisa da matemática no Brasil.
- DI NEVES, Marcos; ARGUELLO, Carlos. *Astronomia de Régua e Compasso*. Editora Papirus, 2002.
- HARA, Massao. *O Universo e a Ciência: a água e os seres vivos*. 6.ed. São Paulo: Scipione, 1999.
- HARRIS, D.C. *Análise química quantitativa*. Rio de Janeiro, 2005.
- IEZZI, Gelson e MURAKAMI, Carlos et al. Coleção de FUNDAMENTOS DE MATEMÁTICA ELEMENTAR (vol. 01 a 10). Atual Editora – São Paulo - 2004
- LEHNINGER, Albert Lester. *Bioquímica*. 2.ed. São Paulo: Edgard Blucher, v.1, 1976.
- LIBÂNIO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1993.
- MAFRA, Humberto. *Desafios e Perspectivas do Movimento Ambientalista no Brasil*. Brasília: Prática e Gráfica Editora, 1995.
- MARCZWSKI, Maurício; VÉLEZ, Eduardo. *Ciências Biológicas*. São Paulo: FTD, v.1, 1999.
- MARTHO, Gilberto. *Evolução dos Seres Vivos*. Editora Scipione, 1996.
- MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica*. Brasília: CNE, 2001.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Parâmetros em Ação – textos de fundamentação*. Brasília: SEF, 2001.
- MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. *Referenciais para a Formação de Professores Indígenas*. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 2002.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Referenciais para a formação de professores indígenas*. Brasília: SEF-CGAEI, 2002.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas*. Brasília: SEF-CGAEI, 1998.
- NEVES, Maria Aparecida. *Atividades Matemáticas: Ciclo Básico*. 2.ed. São Paulo: SE/CENP, 1998.
- PAIS, LUIZ CARLOS. Didática da Matemática. Editora Autêntica, 2001.
- RUSSEL, R.B. Química Geral. McGraw, 1982.
- SETTI, Arnaldo Augusto. *A Necessidade do Uso Sustentável dos Recursos Hídricos*. Brasília:



IBAMA, 1994.

TOLEDO, MAURO / TOLEDO, MARILIA. Didática de Matemática – como dois e dois. Editora FTD, 1997.

11.3.3 Bibliografia Complementar

ARGUELLO, Zoraide. *Apostila de Informática para Aprendizado do Editor Word*. Barra do Bugres: UNEMAT, 2002.

ALVARENGA, B.M. A física. Scipione.

ASIMOV, Isaac. *A medida do Universo*. Editora Francisco Alves, 1985.

_____. *No mundo dos Números*. Rio de Janeiro: Francisco Alves. ATKINS, P. W. *Físico – Química*. São Paulo: LTC, 1999.

BARNES. R.D. *Zoologia dos invertebrados*. São Paulo, 1984.

BERTOLDI, Odete Gasparello; VASCONSELLOS, Jacqueline Rauter de. *Ciência e Sociedade 5ª Série*. São Paulo: Editora Scipione, 2001.

BERTOLDI, Odete Gasparello; VASCONSELLOS, Jacqueline Rauter de. *Ciência e Sociedade 6ª Série*. São Paulo: Editora Scipione, 2001.

BERTOLDI, Odete Gasparello; VASCONSELLOS, Jacqueline Rauter de. *Ciência e Sociedade 7ª Série*. São Paulo: Editora Scipione, 2001.

BERTOLDI, Odete Gasparello; VASCONSELLOS, Jacqueline Rauter de. *Ciência e Sociedade 8ª Série*. São Paulo: Editora Scipione, 2001.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani(Org). *Educação matemática*. São Paulo: Centauro, 2005.

BIGODE, Antônio José Lopes. *Matemática Hoje é Feita Assim - 8ª série*. São Paulo: FTD, 2000.

CHRISPINO, Álvaro. *Manual de química experimental*. Ática, São Paulo, 1994.

D'AMBROSIO, U. *Etnomatemática: Arte ou Técnica de Explicar e Conhecer*. São Paulo, Editora Ática, 1993.

_____. *Etnomatemática: Elo entre as tradições e a modernidade*. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2011.

_____. *A Etnomatemática no processo de construção de uma escola indígena*. Brasília, ano 14, n. 63, jul./ser. 1994.

D'AMORE, BRUNO. *Epistemologia e Didática da Matemática*. Editora Escrituras, 2005.

DANTE, LUIZ ROBERTO. *Didática da Resolução de Problemas de Matemática*. Editora Ática, 1998.



- FERREIRA, Mariana Kawall Leal. *Idéias Matemáticas de Povos Culturalmente Distintos*. Editora: *GLOBAL EDITORA* . São Paulo, 2002.
- FOSCHINI, Julio Cezar; D'AMBROSIO, Angélica. *Unidades Moleculares*. Editora Hamburgo, 1982.
- GRIBBIN, John. *Gênese: As Origens do Homem e do Universo*. Editora Campus, 1995.
- HEWITT, P.G. *Física Conceitual*. Porto Alegre, 2002.
- IMENES, L. M.; JAKUBOVIC, José; LELLIS, M. C. *Novo Tempo - Ensino Fundamental 1ª Série*. 2.ed. São Paulo: Editora Scipione, 2003.
- IMENES, L. M.; JAKUBOVIC, José; LELLIS, M. C. *Novo Tempo - Ensino Fundamental 2ª Série*. 2.ed. São Paulo: Editora Scipione, 2003.
- IMENES, L. M.; JAKUBOVIC, José; LELLIS, M. C. *Novo Tempo - Ensino Fundamental 3ª Série*. 2.ed. São Paulo: Editora Scipione, 2003.
- IMENES, L. M.; JAKUBOVIC, José; LELLIS, M. C. *Novo Tempo - Ensino Fundamental 4ª Série*. 2.ed. São Paulo: Editora Scipione, 2003.
- IMENES, L. M.; LELLIS, M. C. *Matemática - 5ª. a 8ª. série*. São Paulo: Scipione. IMENES, L. M.; LELLIS, M. C. *Matemática Conceitos e História – 5ª. a 8ª. série*. São Paulo: Scipione.
- IMENES, L. M.; LELLIS, M. C.; JAKUBO, J. *Pra que serve a Matemática?*. São Paulo: *Atual Editora*.
- IMENES, L. M.; LELLIS, M. C.; JAKUBO, J. *Vivendo a Matemática. Paradidático*. São Paulo: Scipione.
- INDÍGENA, 3º Grau. *Apostila para a II Etapa de Estudos Presenciais do Projeto 3º Grau Indígena*. Barra do Bugres: UNEMAT, Janeiro de 2002.
- JUNQUEIRA, L.C.et al. *Biologia celular e molecular*. Rio de Janeiro,1990.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *As leis e a educação escolar indígena*. Programa Parâmetros em Ação – Educação Escolar Indígena. Brasília: SEF, 2002.
- MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. *Experiências e Desafios na Formação de Professores Indígenas no Brasil*. EM ABERTO. Brasília: INEP, 2003.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Referenciais de formação de professores*. Brasília: SEF, 1999.
- PARRA, Cecília. *Didática da Matemática*. Editora Artmed,1996.
- SILVA, Adailton Alves da. *A Geometria na construção da Takãra*. Monografia de Graduação. Unemat, 1997.
- VERGANE, Tereza. *Matemática e Linguagem*. Editora Pandora. Portugal, 2002. Portugal.
- OLIVEIRA, R. *informática Educativa*. São Paulo: Papirus,1997.



TEMÁTICAS CENTRAIS E TEMAS TRANSVERSAIS DO PRIMEIRO CICLO DE ESTUDOS

Temas Transversais	TEMÁTICAS CENTRAIS					
	1º sem.	2º sem.	3º sem.	4º sem.	5º sem.	6º sem.
	Gênese	Tempo	Espaço	Sociedade	Território	Autonomia
Diversidade Étnica e Cultural	<h1>CONTEÚDOS DAS ÁREAS ESPECÍFICAS DO CURRÍCULO</h1>					
Sociedades e Meio Ambiente						
Direitos e Organização das Sociedades Indígenas						
Educação para a Saúde						



12 O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O estágio curricular supervisionado compõe o currículo dos cursos e será desenvolvido nas unidades escolares em que os cursistas atuam como professores. Integram as atividades das etapas de estudos cooperados e contam com o acompanhamento regular das equipes de supervisão dos cursos. Tais equipes atuarão regionalmente, conferindo unidade e sistematização aos trabalhos teórico-práticos desenvolvidos nas escolas de tal forma que a atividade docente dos cursistas e o seu estágio supervisionado expressam-se em *práxis* pedagógica.

A regulamentação do estágio curricular supervisionado será feita com base no Regimento do Estágio Curricular Supervisionado, aprovado pelas instâncias competentes.

13 REGIME ESCOLAR ADOTADO

Os Cursos obedecerão a um regime seriado especial (formação em serviço) e serão desenvolvidos em duas etapas:

Etapa Presencial - realizada de forma intensiva e presencial nos meses de janeiro/fevereiro e julho/agosto, no *campus* universitário da UNEMAT, em Barra do Bugres.

Etapa de Estudos Cooperados de Ensino e Pesquisa (intermediária) - acontece nos períodos em que os estudantes indígenas estão ministrando aulas nas escolas das aldeias, entre o intervalo de uma etapa presencial e outra, com atividades de ensino, pesquisa e leituras complementares.

13.1 Número de Vagas

Serão oferecidas 50 vagas, para indígenas do Estado de Mato Grosso.

As 50 vagas compõem uma turma única, com início em julho de 2011 e será concluída em julho 2016.

13.2 Turnos de Funcionamento e Dimensões das Turmas

Nas etapas presenciais, que serão realizadas na UNEMAT de Barra do Bugres, as aulas funcionarão no período matutino e vespertino, além das aulas de computação, vídeo e práticas desportivas que acontecerão no período noturno.

Os 50 cursistas constituirão uma turma única, com exceção das atividades noturnas, para as quais poderão ser divididos em duas ou mais turmas de acordo com a natureza da atividade.



BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Judite G. Parceladas: uma proposta de integração entre ensino e pesquisa. S. Paulo: *Revista Edusp*, Edusp, 1997.
- ARRUDA, Rinaldo Sérgio. *Os Rikbaktsa - mudança e tradição*. S. Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1992. Tese de doutoramento.
- BANDEIRA, Maria de L. Formação de professores índios: limites e possibilidades. *Urucum, jenipapo e giz: educação escolar indígena em debate*. Cuiabá: Conselho de Educação Escolar Indígena de Mato Grosso - CEI/MT, 1997.
- _____. Educação e diversidade cultural: interculturalidade como episteme. *Cadernos de Educação*, Cuiabá: UNIC, 1997b.
- _____. *Antropologia: diversidade e educação*. Cuiabá: UFMT/ NEAD, v. 6, 1995.
- BARROS, Edir P. Reflexões sobre a educação escolar indígena na conjuntura atual. *Urucum, jenipapo e giz: educação escolar indígena em debate*. Cuiabá: Conselho de Educação Escolar Indígena de Mato Grosso - CEI/MT, 1997.
- BORDIGNÓN, Mário. *Os Bororo na história do Centro-Oeste brasileiro*. Campo Grande: Missão Salesiana, 1987.
- BRASIL. *Diretrizes para a política nacional de educação escolar indígena*. Cadernos de educação básica, série institucional, vol. 2. Brasília: MEC, 1993.
- _____. *Referencial curricular nacional para as escolas indígenas*. Brasília: SEF/MEC, 1998.
- _____. *Em Aberto*. Tema: Educação Escolar Indígena. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Brasília: MEC/INEP, 1994.
- BRZEZINSKI, Iria. Trajetória do movimento para as reformulações curriculares dos cursos de formação de profissionais da educação: do Comitê (1980) à Anfope (1992). *Em Aberto*. Brasília: MEC/INEP, ano 12; n 54, 1992.
- CAMARGO, Dulce. & ALBUQUERQUE, Judite. *Língua, cultura e territorialidade: a formação de professores índios no Brasil Central*. Macau: 1998.(mimeo)
- CEI/MT - Conselho de Educação Escolar Indígena de Mato Grosso - Grupo de Trabalho sobre a educação de terceiro grau. *Relatório do GT*. Cuiabá: CEI/MT, 1997.
- _____. *Urucum jenipapo e giz: a educação escolar indígena em debate*. Cuiabá: SEDUC, 1997.
- _____. Carta de Cuiabá. *Ameríndia: tecendo os caminhos da educação escolar*. Cuiabá: SEDUC/ CAIEMT /CEI-MT, 1998.
- COPIAR. - Coordenação dos Professores Indígenas do Amazonas Roraima e Acre.



Declaração de princípios. Manaus: COPIAR, 1994.

CUNHA, Luiz Otavio Pinheiro da. *A política indigenista no Brasil: as escolas mantidas pela FUNAI*. Brasília: UnB, 1990. Dissertação de Mestrado.

CUNHA, Manuela C. *Legislação indígena no século XIX*. Comissão Pró-Índio/SP, São Paulo: Edusp, 1992.

DIAS DA SILVA, Rosa H. *Povos indígenas, Estado Nacional e relações de autonomia – o que a escola tem com isso?* 11º COLE, Campinas: Unicamp, 1997.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO. *3º Grau Indígena: projeto de formação de professores indígenas*. Barra do Bugres: UNEMAT; Brasília: DEDOC/FUNAI, 2001.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). *As leis e a educação escolar indígena: Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena*. Brasília: MEC/SEF, 2001.

KAHN, Marina & FRANCHETTO, Bruna. *Educação indígena no Brasil: conquistas e desafios*. *Em Aberto*. Brasília: MEC/INEP, ano 14, 1994.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. Lisboa: Edições 70, 1955 (1979).

LOPES DA SILVA, Aracy. *A questão da educação indígena*. Comissão Pró-Índio/SP, São Paulo: Brasiliense, 1981.

MACHADO, Maria Fátima R. *Quando os índios estudam antropologia. Relatório da primeira etapa intensiva do Projeto Tucum*. Cuiabá: SEDUC, 1996. (mimeo)

MELIÀ, Bartomeu. *El Paraguay inventado*. Assunción del Paraguay: Centro de Estudios Paraguayos “Antonio Guasch”, 1997.

MENCHÚ TUM, Rigoberta. *Mensagem ao colóquio internacional sobre povos indígenas e Estado na América Latina*. Quito: Universidade Andina Simão Bolívar, julho de 1997.

MENDONÇA, Terezinha & VANUCCI, Maria Paula. *Projeto Tucum: formação de professores indígenas*. *Urucum, jenipapo e giz: educação escolar indígena em debate*. Cuiabá: Conselho de Educação Escolar Indígena de Mato Grosso - CEI/MT, 1997.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Programa Parâmetros em Ação: quem são, quantos são, onde estão os povos indígenas e suas escolas no Brasil*. Brasília: MEC, 2002.

MONTE, Nietta L. *Escola da floresta: entre o passado oral e o presente letrado*. Rio de Janeiro: Multiletras, 1996.

MUÑOZ, Héctor. *Política pública y educación indígena escolarizada en América Latina. Ameríndia: tecendo os caminhos da educação escolar*. Cuiabá: SEDUC/ CAIEMT/CEI-MT, 1998.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *Uma etnologia dos “índios misturados”? situação colonial, territorialização e fluxos culturais*. In *Mana*, vol.4, nº 1, Rio de Janeiro: Museu Nacional, abril de 1998.



- _____. *Ensaio em Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1999.
- _____. (Org.). *Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Editora Contra Capa, 1998.
- PAIVA, José Maria. *Colonização de catequese; 1549-1600*. São Paulo: Autores Associados, 1982.
- PROFESSORES indígenas. Carta de Cuiabá. *Ameríndia: tecendo os caminhos da educação escolar*. Cuiabá: SEDUC/CAIEMT/CEI-MT, 1998.
- PROJETO 3º GRAU INDÍGENA. *Cadernos de Educação Escolar Indígena*. Barra do Bugres: UNEMAT, v.4, n.1, 2005.
- RESENDE, Márcia Spyer. Um mapa do que pode ser a Geografia nas escolas indígenas: *Em Aberto*. Brasília, MEC/INEP nº 63, 1994.
- RICARDO, Carlos Alberto. “Os índios” e a sociodiversidade nativa contemporânea no Brasil. In LOPES DA SILVA & GRUPIONI: *A temática indígena na escola*. Brasília: MEC/MARI/Unesco, 1995.
- SANTOS, Silvio C. Os direitos dos indígenas no Brasil: In LOPES DA SILVA & GRUPIONI: *A temática indígena na escola*. Brasília: MEC/MARI/Unesco, 1995.
- SAVIANI, Dermeval.. *A Nova Lei de Educação*. São Paulo: Autores Associados, 1997.
- SECCHI, Darci. Cem anos depois: escolas indígenas em Mato Grosso. *Urucum, jenipapo e giz: a educação escolar indígena em debate*. Cuiabá: CEI/MT, 1997.
- _____. *Sobre a implantação de escolas indígenas no pólo geo-cultural do Xingu*. Relatório de consultoria, Cuiabá: PNUD/Prodeagro, 1996.
- _____. *Diagnóstico da educação escolar indígena em Mato Grosso*. Cuiabá: PNUD/Prodeagro, 1995. (mimeo)
- _____. *Formação de professores indígenas: um novo conceito de profissionalidade docente*. Projeto de pesquisa para o doutorado em Ciências Sociais da PUC-SP, São Paulo: PUC-SP, 1997.
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. *Referenciais para a Formação de Professores Indígenas*. Brasília: MEC, 2002.
- SECRETARIA DE ENSINO FUNDAMENTAL. *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas – RCNEI*. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- SEDUC - Secretaria de Estado de Educação. *Projeto Tucum: programa de formação de professores indígenas para o magistério*. Cuiabá: SEDUC, 1995.
- SEE – Secretaria de Estado de Educação. *Histórico da Educação Escolar Indígena*. Cuiabá: SEE, 1994.
- SILVA, Márcio F. & AZEVEDO, Martha M. “Pensando as Escolas dos Povos Indígenas no



Brasil: o movimento de professores indígenas no Acre, Amazonas e Roraima. In: LOPES DA SILVA & GRUPIONI (Orgs.). *A Temática Indígena na Escola*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

SILVA, Márcio F. da. *A conquista da escrita*. Campinas: Unicamp, 1994. (mimeo)

_____. *A Conquista da Escola: educação escolar e movimento de professores indígenas no Brasil*. In: *Em Aberto*. Brasília: MEC/INEP, n° 63, 1994.

SMED. Ciclos de formação: proposta político-pedagógica da escola cidadã. *Cadernos Pedagógicos n° 9*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Educação, 1996.

TAUKANE, Darlene. *Educação escolar entre os Kurâ-Bakairi*. Cuiabá: IE/UFMT, 1996. Dissertação de Mestrado.

UFMT/EI - Universidade Federal de Mato Grosso - Instituto de Educação. *Curso de Licenciatura Plena em Educação Básica*. Cuiabá: UFMT/IE/NEAD, 1993.

_____. *Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia: uma proposta interinstitucional*. Cuiabá: UFMT/IE, 1994.

UNIVERSIDADE DE CUENCA. *Projeto EBI - Educação Bilíngue e Intercultural*. Quito: EBI/GTZ/DINEIB/UNICEF-UNESCO, 1997.